

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSOS REPETITIVOS

Em cumprimento ao inciso VII do art. 2º da Resolução nº 160/2012 do CNJ e do inciso I do art. 5º do Provimento CSM nº 2019/2012, solicitamos que seja informado na tabela abaixo o quantitativo de processos sobrestados, baixados ou enviados para retratação correspondentes a cada tema, de matéria repetitiva, nos termos do artigo 543-C do CPC.

Ordem Inclusão	Processo	Descrição	Sobrestados	Baixados	Retratação
1	RESP 1091443 SP	Processo Civil. Cessão de Crédito. Execução. Substituição Processual do Polo Ativo. Necessidade de Anuência do Devedor.	149	4	0
3	RESP 1102473 RS	Recurso Especial Repetitivo. Processo Civil. Execução Judicial. Cessão de Crédito. Honorários Advocatícios Sucumbenciais. Precatório Expedido em nome do Exequente. Possibilidade de Habilitação de Cessionário.	18	0	0
4	RESP 970217 RS	Conversão dos vencimentos em URV. Servidores do Poder Executivo Gaúcho. Excepcionamento da Lei nº 8.880/94. Ausência de prejuízo aos servidores. Eficácia de leis estaduais.	0	0	0
5	RESP 1047686 RS	Conversão dos vencimentos em URV. Servidores do Poder Executivo Gaúcho. Excepcionamento da Lei nº 8.880/94. Ausência de prejuízo aos servidores. Eficácia de leis estaduais.	0	0	0
6	RESP 1086944 SP	Juros moratórios. Percentual. Medida Provisória 2.180/2001. Condenações impostas à Fazenda Pública. Pagamento. Verbas remuneratórias. Servidores Públicos.	45	0	0
7	RESP 1073976 RS	Militares inativos da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Benefícios concedidos pela Lei Complementar Estadual nº 10.990/97. Prescrição.	1	0	0
8	RESP 990284 RS	Servidor Público. Reajuste de 28.86%. Leis nº 8.622/93 e 8.627/93. Concessão aos militares federais. Prescrição. Base de Cálculo. Termo inicial da correção monetária. Limitação temporal. Medida Provisória nº 2.131/2000. Compensação com a complementação do salário mínimo. Aplicação do artigo 73 da Lei nº 8.237/91.	0	0	0
9	RESP 1091539 AP	Recursos Especiais Repetitivos. Administrativo e Processo civil. Servidor público estadual. Professor desvio de função. Prescrição. Interrupção. Ocorrência. Termo inicial. Trânsito em julgado da sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito. Precedentes. Arts. 6º e 472 do CPC. Ausência de prequestionamento. Súmulas nº 282 e 356/STF. Alegada ofensa aos arts. 458, II e 535 do CPC. Não ocorrência. Diferenças vencimentais de acordo com o padrão que se enquadraria o servidor se fosse ocupante do cargo de professor classe B. Observância do princípio constitucional da isonomia. Vedação ao enriquecimento sem causa.	2	0	0
11	RESP 1101726 SP	Servidor Público Municipal. Conversão de vencimentos/proventos, recebidos em reais, para o equivalente em URV. Aplicabilidade da Lei Federal nº 8.880/94.	2.864	7	0
18	RESP 1101727 PR	Previdenciário. Processual Civil. Fazenda Pública. INSS. Custas e Despesas Processuais na Justiça Estadual. Art. 1º A da lei 9.494/97. Art. 27 do CPC. Reexame Necessário. § 2º do art. 475 do CPC. Recurso Especial sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ 08/2008.	2.522	2	0
23	RESP 1096244 SC	Recurso Especial Repetitivo. Previdenciário. Auxílio-acidente. Majoração do percentual. Lei n.9.032/95. Possibilidade de incidência imediata.	109	31	0
24	RESP 1102484 SP	Previdenciário. Critério de correção monetária incidente entre a data da elaboração dos cálculos e a inscrição do precatório. Apontada violação ao Art. 18 da lei 8.870/94 (Correção pela UFIR/IPCA-E). Acórdão que determina a utilização de índices previdenciários (IGP-DI).	30	0	0
25	RESP 1107314 PR	Recurso Especial. Penal e Execução Penal. Condenação em regime aberto. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.	2	0	0
26	RESP 1110823 PR	Recurso Especial. Penal e Execução Penal. Condenação em regime aberto. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.	1	0	0
27	RESP 1110565 SE	Recurso Especial Repetitivo. Representativo de Controvérsia. Previdenciário. Pensão por morte. Condição de Segurado do "de cujus". Discussão: (im) prescindibilidade desse requisito para a concessão do benefício.	0	0	0
28	RESP 1110824 PR	Recurso Especial. Penal e Execução Penal. Condenação em regime aberto. Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.	0	0	0

29	RESP 1095523 SP	Recurso Especial Repetitivo. Observância da sistemática prevista no art. 543-C do CPC e na resolução n. 08/STJ. Previdenciário. Diacusia. Tabela de Fowler. Controvérsia: Negativa de concessão de auxílio-acidente com base, exclusivamente, na perda auditiva mínima.	10	1	0
30	RESP 1112114 SP	Direito Processual Civil. Administrativo. Servidores Públicos do Estado de São Paulo. Fator de atualização monetária - FAM. Prescrição do Fundo de Direito. Recurso Especial representativo de controvérsia repetitiva. Afetação à Terceira Seção. Art. 543-C, § 2º do CPC C.C O 2º da Resolução 8/08 do STJ.	1	0	0
31	RESP 1111828 SP	Recurso especial repetitivo representativo de controvérsia. Previdenciário. Auxílio-acidente. Aposentadoria. Discussão: possibilidade de cumulação desses benefícios face à edição da lei n.º 9.528/97, que a veda.	0	0	0
32	RESP 1061530 RS	Ações que digam respeito a contratos bancários, sobre as seguintes matérias: juros remuneratórios, capitalização de juros, mora, comissão de permanência, inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito, disposições de ofício no âmbito do julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas no Tribunal	88	171	13
34	RESP 1061134 RS	Indenização por Danos Morais decorrente de inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição ao crédito com ausência de comunicação prévia, em especial nos casos onde o devedor já possua outras inscrições nos cadastros de devedores.	13	37	5
35	RESP 990507 DF	Reivindicação e posse das terras que o Espólio de Anastácio Pereira Braga e Outros alegam ser de sua propriedade e que hoje formam o Condomínio Porto Rico, em Santa Maria no Distrito Federal.	0	0	0
37	RESP 1062336 RS	Indenização por Danos Morais decorrente de inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição ao crédito com ausência de comunicação prévia, em especial nos casos onde o devedor já possua outras inscrições nos cadastros de devedores	7	0	0
39	RESP 982133 RS	Ação cautelar de exibição de documento. Recurso Especial. Contrato de participação financeira. Fornecimento de documentos com dados societários. Recusa. Recurso à Comissão de Valores Mobiliários. Lei nº 6.404/1976, art. 100, § 1º. Ausência do comprovante de recolhimento da "taxa de serviço".	0	0	0
40	RESP 1033241 RS	Contratos de Participação Financeira. Definição do valor patrimonial das ações da Brasil Telecom S/A e prescrição.	0	0	0
41	RESP 1094846 MS	Aplicação do Artigo 359 do Código de Processo Civil nas ações cautelares de exibição de documentos	9	11	15
42	RESP 1070297 PR	Contrato celebrado no âmbito do sistema Financeiro de Habitação, quanto às seguintes questões de direito: a) possibilidade de incidência do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES- em contratos anteriores à edição da Lei n.º 8.692/93; b) legalidade do Sistema Francês de Amortização, também conhecido como Tabela Price; c) aplicação do Código de Defesa do Consumidor a contratos anteriores à sua vigência; d) limitação dos juros remuneratórios ao percentual de 10% ao ano, com base no artigo 6º, "e", da Lei nº 4.380/64.	134	162	5
46	RESP 1091363 SC	Contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional e que não tenham relação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FVCS).	1	0	0
47	RESP 1091393 SC	Contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional e que não tenham relação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FVCS).	111	0	0
48	RESP 1063343 RS	Legalidade da cláusula que, em contratos bancários, prevê a cobrança da comissão de permanência na hipótese de inadimplência do consumidor.	346	236	16
49	RESP 1058114 RS	Legalidade da cláusula que, em contratos bancários, prevê a cobrança da comissão de permanência na hipótese de inadimplência do consumidor.	6	0	0
51	RESP 969129 MG	a) substituição da Taxa Referencial - TR - pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC/IBGE, como índice de atualização monetária do saldo devedor; b) legalidade do Sistema Francês de Amortização, também conhecido como Tabela Price; c) obrigatoriedade da contratação de Seguro Habitacional diretamente com o agente financeiro ou por seguradora por este indicada.	108	54	11
53	RESP 1067237 SP	Possibilidade de tutela cautelar com vistas a suspender a execução extrajudicial a que se refere o Decreto-lei nº 70/66, bem como de impedir a inscrição do nome do devedor em bancos de dados desabonadores, desde que o mutuário de contrato celebrado no âmbito do Sistema financeiro de Habitação consigne os valores que entender devidos.	0	5	0
55	RESP 1105205 RS	Possibilidade de conversão de demanda individual na qual se busca a cobrança de expurgos inflacionários sobre o saldo de cadernetas de poupança em liquidação em função do julgamento de ação coletiva movida com a mesma finalidade.	224	0	0

58	RESP 1110561 SP	Prescrição em ações de cobrança referentes à correção monetária incidente sobre valores recolhidos a fundo de previdência privada e utilização do IPC como fator de atualização das parcelas restituídas.	4	7	0
59	RESP 1083291 RS	Necessidade de comprovação, mediante AR, do recebimento pelo devedor da correspondência mediante a qual ele é cientificado previamente da inscrição de seu nome em cadastros de inadimplentes.	0	7	0
61	RESP 1110549 RS	Suspensão de ação individual movida por depositante de caderneta de poupança visando ao recebimento de correção monetária decorrente de planos econômicos (Plano Bresser; Plano Verão; Plano Collor I; Plano Collor II) ante a existência de ação coletiva sobre a matéria.	6.032	0	0
62	RESP 1111973 SP	Prescrição em ações de cobrança referentes a diferenças de correção monetária incidentes sobre valores recolhidos a fundo de previdência privada, e utilização do IPC como fator de atualização das parcelas restituídas.	0	0	0
64	RESP 886462 RS	Configuração ou não de denúncia espontânea relativamente a tributo estadual sujeito a lançamento por homologação (ICMS), declarado pelo contribuinte (em Guia de Informação e Apuração - GIA), mas não pago no devido prazo.	0	1	0
65	RESP 1012903 RJ	Lei 7.713/88 - Cobrança de imposto de renda sobre pagamento de benefício de complementação de aposentadoria, decorrente de plano de previdência privada.	0	0	0
66	RESP 962379 RS	Configuração ou não de denúncia espontânea relativamente a tributo federal sujeito a lançamento por homologação (PIS/COFINS), regularmente declarado pelo contribuinte (DCTF), mas pago com atraso.	0	0	0
67	RESP 960476 SC	Legitimidade da cobrança de ICMS sobre o valor pago a título de "demanda contratada" de energia elétrica.	6	1	0
69	RESP 1003955 RS	Empréstimo compulsório sobre energia elétrica, no qual se discute, em síntese: a) prescrição - termo a quo; b) correção monetária plena sobre o principal (a partir da data do recolhimento até a data do efetivo pagamento de juros e de 31 de dezembro até a data da assembléia de conversão), bem como o reflexo dos juros de 6% ao ano sobre a diferença de correção monetária; c) juros remuneratórios de 6% ao ano; d) taxa SELIC; e e) juros moratórios.	1	0	0
70	RESP 1068944 PB	Legitimidade ou não da cobrança da tarifa de assinatura mensal relativa à prestação de serviços de telefonia e a existência, ou não, nessa causa, de litisconsórcio passivo necessário entre a empresa concessionária de telefonia e a ANATEL.	22	10	1
72	RESP 1028592 RS	Empréstimo compulsório sobre energia elétrica, no qual se discute, em síntese: a) prescrição - termo a quo; b) correção monetária plena sobre o principal (da data de cada recolhimento mensal até 31/12 de cada ano e de 31/12 do ano anterior à AGE que autorizou a conversão) e sobre os juros remuneratórios de 6% ao ano (de 31/12 de cada ano até julho do ano seguinte), bem como o reflexo dos juros remuneratórios sobre a diferença de correção monetária; c) devolução em ações (valor patrimonial x valor de mercado); d) taxa SELIC; e e) juros moratórios.	0	0	0
74	RESP 880026 RS	Incidência do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES no cálculo do reajuste do encargo mensal subjacente aos contratos de mútuo do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, antes da edição da Lei 8.692, de 29 de julho de 1993.	300	0	0
75	RESP 1046376 DF	Forma de intimação do ato que exclui o contribuinte do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a saber, se necessário ato publicado no DOU, ou suficiente comunicação pela via da internet, nos termos da Lei 9.964/00, art. 9º, III, c/c art. 5º da Resolução 20/2001 do Comitê Gestor.	0	0	0
76	RESP 1036375 SP	Legalidade da retenção de 11% sobre os valores brutos das faturas dos contratos de prestação de serviço pelas empresas tomadoras, conforme disposição do art. 31 da Lei 9.711/98.	0	0	0
77	RESP 1001655 DF	Compensação, em sede de embargos à execução, sobre a de valores retidos na fonte, a título de imposto de renda, com aqueles restituídos, quando do ajuste anual das declarações dos exequentes.	1	0	0
78	RESP 999901 RS	Possibilidade de interrupção da prescrição por meio de citação por edital em ação de execução fiscal.	1	0	0
79	RESP 977058 RS	Exigibilidade da contribuição adicional destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, criada pela Lei nº 2.613/55, cobrada no importe de 0,2% sobre folha de salário.	0	0	0
80	RESP 1069810 RS	Fornecimento de medicamento necessário ao tratamento de saúde, sob pena de bloqueio ou sequestro de verbas do Estado a serem depositadas em conta-corrente.	1.140	0	0
84	RESP 902349 PR	Aplicação da multa, juros e correção monetária, a partir do vencimento da contribuição sindical rural, no caso de seu recolhimento extemporâneo, conforme disposição do art. 600 da CLT.	2	0	0

85	RESP 894060 SP	Processamento de recurso administrativo sem o depósito prévio de 30% (trinta por cento) da exigência fiscal, instituído pelo § 1º do artigo 126 da Lei 8.213/91, acrescentado pela Medida Provisória nº 1.607-12/98, convertida na Lei nº 9.639/98.	0	0	0
87	RESP 1074799 MG	Legalidade da cobrança de pulsos excedentes à franquia telefônica, sem a discriminação das ligações.	0	1	0
88	RESP 1086935 SP	Termo inicial da incidência dos juros moratórios em demanda objetivando a restituição de contribuição previdenciária de servidor público inativo.	3	0	0
90	RESP 871760 BA	Existência ou não de isenção de ICMS sobre o bacalhau oriundo de país signatário do GATT - General Agreement on Tariffs and Trade.	0	0	0
91	RESP 760246 PR	Cobrança de imposto de renda sobre valores recebidos em decorrência do rateio do patrimônio de entidade de previdência privada, tendo em vista a Lei 7.713/88.	0	0	0
92	RESP 1092206 SP	Incidência do ICMS na operação de fornecimento de embalagens sob encomenda associada ao serviço de composição gráfica.	5	1	0
93	RESP 1050199 RJ	Restituição dos valores cobrados a título de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, acrescidos de correção monetária plena e juros, pleiteada pela parte possuidora de OBRIGAÇÕES AO PORTADOR emitidas pela ELETROBRÁS, na forma da Lei 4.156/62 com a redação dada pelo DL 644/69.	3	0	0
94	RESP 1070252 SP	Legitimidade passiva ad causam do Banco Central do Brasil-BACEN para responder pela correção monetária dos cruzados novos retidos pela implantação do Plano Collor.	76	0	0
95	RESP 1101728 SP	Responsabilidade dos sócios para responder por débitos da pessoa jurídica devedora em execução fiscal.	6	3	0
96	RESP 1101725 RS	Possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 461 do CPC nos casos de descumprimento da obrigação de fornecer medicamentos imposta ao ente estatal.	26	0	0
97	RESP 1102552 CE	Incidência da Taxa SELIC a título de juros de mora na atualização da conta vinculada do FGTS.	1	0	0
98	RESP 1102554 MG	Ofensa ao art. 40, § 4º da Lei nº 6.830/80, por entender que o referido § 4º deve ser interpretado em consonância com o caput do art.40 e com os demais parágrafos que o antecedem, razão pela qual não pode ser reconhecida a prescrição intercorrente, nas hipóteses em que o arquivamento do feito ocorrer em razão do baixo valor do débito executado (art. 20 da Lei 40.522/02).	1	0	0
99	RESP 1102577 DF	Aplicação do instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) aos casos de parcelamento de débito tributário.	0	0	0
100	RESP 1103050 BA	Cabimento da citação editalícia na execução fiscal.	1	0	0
101	RESP 1104900 ES	Responsabilidade do sócio-gerente, cujo nome consta da CDA, para responder por débitos da pessoa jurídica.	1	0	0
104	RESP 1092154 RS	Existência ou não do direito de punir, quando não expedida a notificação do infrator de trânsito, no prazo de trinta dias, com a impossibilidade de reinício do procedimento administrativo.	5	0	0
105	RESP 1102457 RJ	Obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria n. 2.577/2006 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais).	7	0	0
106	RESP 1110924 SP	Aplicação do encargo de 20% previsto no Decreto-lei n.1.025/69 nas execuções fiscais manejadas contra massa falida.	12	0	0
107	RESP 1110925 SP	Execução fiscal proposta contra sócio de pessoa jurídica devedora. Exclusão de seu nome no polo passivo da demanda. Cabimento ou não da exceção de pré-executividade para arguição de ilegitimidade passiva.	4	2	0
108	RESP 1110547 PE	Opção pelo FGTS proporcionada pela Lei 5.958/73, com efeitos retroativos a 1.1.67. Capitalização dos juros de forma progressiva, na forma da Lei 5.107/66, aos empregados admitidos até a edição da Lei 5.705/71. Prescrição trintenária. Atualização dos juros de mora pela aplicação da taxa SELIC, conforme o art. 406 do Código Civil, às ações ajuizadas a partir de 11.1.2003.	0	0	0
109	RESP 1110550 SP	Trata-se de recurso especial originado de embargos a execução fiscal (cobrança da majoração da alíquota do ICMS de 17% para 18% no Estado de São Paulo), em que o acórdão recorrido considerou o executado parte ilegítima para pleitear a redução da alíquota, além de negar a existência de denúncia espontânea.	2	0	0
110	RESP 1111003 PR	Necessidade da juntada dos comprovantes de pagamento da taxa de iluminação pública juntamente com a petição inicial da ação de repetição de indébito tributário.	1	0	0
112	RESP 1111124 PR	Hipótese em que o acórdão recorrido decidiu que "a notificação do contribuinte acerca do lançamento do IPTU pode dar-se por quaisquer atos administrativos eficazes de comunicação", cabendo-lhe "comprovar que não possuía ciência quanto ao lançamento do imposto pelo Município".	0	0	0
113	RESP 1111157 PB	Recurso especial originado de embargos à execução de valores correspondentes a honorários advocatícios, em que o acórdão recorrido entendeu pela inaplicabilidade do art. 29-C da Lei 8.036/90.	3	0	0

114	RESP 1111164 BA	Recurso especial originado de mandado de segurança em que a impetrante busca autorização para "a compensação de seus créditos provenientes do pagamento indevido de contribuição ao PIS(...) e ao FINSOCIAL "com parcelas vencidas e vincendas dos mesmos tributos. O acórdão recorrido considerou desnecessária , para a concessão da ordem, a prova do recolhimento da exação indevida.	1	0	0
115	RESP 1111189 SP	Recurso Especial em que se questiona o índice dos juros moratórios em demanda objetivando a restituição de contribuição previdenciária de servidor público inativo.	0	2	0
116	RESP 1090898 SP	Execução Fiscal. Possibilidade de nomeação à penhora de créditos oriundos de precatórios emitidos pela Fazenda do Estado para garantia do juízo. Suposta ofensa aos arts. 620, 655 e 668 do CPC e aos arts. 9º, 11 e 15 da Lei n.º 6.830/80.	10	2	0
117	RESP 1111223 SP	Imposto sobre a renda nas verbas rescisórias de contrato de trabalho. Natureza Jurídica.	0	0	0
118	RESP 1110551 SP	Possibilidade de responsabilização do proprietário do imóvel (promitente vendedor) pelo pagamento do IPTU na execução fiscal, diante da existência de negócio jurídico que visa à transmissão da propriedade (contrato de compromisso de compra e venda).	8	2	0
119	RESP 1111202 SP	Possibilidade de responsabilização do promitente vendedor e/ou do promitente comprador pelo pagamento do IPTU na execução fiscal, diante da existência de negócio jurídico que visa à transmissão da propriedade (contrato de compromisso de compra e venda).	0	0	0
120	RESP 1104775 RS	Legitimidade da exigência do pagamento de multa e demais despesas decorrentes do recolhimento do veículo em depósito quando válida e eficaz a autuação da infração de trânsito.	1	0	0
121	RESP 1111982 SP	Acórdão recorrido que manteve a sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito. Execução fiscal. Débito de valor considerado inexpressivo inscrito como Dívida Ativa da União pela Fazenda Nacional ou por ela cobrado. Lei nº 10.522/02, com a redação dada pela Lei n.º 11.033/04 e Portaria MF n.º 49/04. Arquivamento do executivo fiscal, sem baixa na distribuição.	2	0	0
123	RESP 1111829 SP	Recurso especial originado de ação de desapropriação por utilidade pública, em que o acórdão recorrido decidiu que os juros compensatórios correspondem a 6% ao ano a partir da imissão na posse do imóvel.	4	0	0
124	RESP 1108034 RN	Obrigação da Caixa Econômica Federal em apresentar em juízo os extratos analíticos das contas do FGTS referentes ao período anterior à centralização, para fins de atualização dos dados.	0	0	0
125	RESP 1108013 RJ	Possibilidade de condenar a municipalidade em honorários advocatícios quando a parte, representada por defensor público, restar vencedora na demanda. Existência de confusão entre credor e devedor.	0	1	0
126	RESP 1111099 PR	Recursos especiais interpostos por PARANAPREVIDÊNCIA e pelo ESTADO DO PARANÁ, contra o acórdão onde restou declarado que a Constituição Federal excluiu da incidência da contribuição previdenciária estadual os pensionistas e inativos. Naquele acórdão ficou definido que a pendência do julgamento sobre a questão, na ADI 2.189 não impede o prosseguimento do feito. Aquele Sodalício, ao admitir o recurso especial, enviou os autos a este STJ, buscando a obtenção de efeito vinculante para os processos nos quais se discutam a suspensão prevista no artigo 265, IV, "a", do CPC.	3	0	0
128	RESP 1112416 MG	Termo a quo do prazo para oferecimento dos Embargos à Execução Fiscal, quando a garantia consiste na penhora de bens ou de direitos.	0	0	0
130	RESP 1111234 PR	Possibilidade de utilização de interpretação extensiva dos serços bancários constantes da Lista Anexa à Lei Complementar 116/2003 e, para os fatos jurídicos que lhe são pretéritos, da Lista Anexa ao Decreto-lei 406/68. A parte recorrente aduz contrariedade aos itens 95 e 96 das referidas lista de serviços , além de divergência jurisprudencial.	3	1	0
132	RESP 1111001 SP	Recurso Especial admitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que confirmou decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo art. 525, do CPC, sob o fundamento de que as cópias ques instruíram o recurso estavam desprovida de autenticação, ou sem declaração de autenticidade pelo advogado. Com base em susposta ofensa aos arts. 525, I e II ; 527, I; e 557, a recorrente busca que seja determinado conhecimento do agravo de instrumento interposto na origem.	0	0	0
133	RESP 1100156 RJ	Recurso especial originado de execução fiscal de créditos de IPTU, em que o acórdão recorrido decidiu que as providências indicadas no § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80 somente se aplicam em caso de prescrição intercorrente, razão pela qual se revela possível a decretação de ofício da prescrição verificada antes do ajuizamento, com base no § 5º do art. 219 do CPC.	3	8	0

134	RESP 1105442 RJ	Discussão acerca do prazo prescricional aplicável quando o crédito fiscal for decorrente de multa administrativa.	84	93	0
137	RESP 1101740 SP	Mandado de Segurança. Agravo de Instrumento. Cabimento em sede de liminar.	4	0	0
138	RESP 1002932 SP	Questão referente ao prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação.	0	0	0
141	RESP 1102575 MG	Não incidência de imposto de renda sobre as verbas paga a título de liberalidade, em razão imotivada de contrato de trabalho, por possuir natureza de indenização pela perda do vínculo laboral. Aplicação, por analogia, da Súmula n.215/STJ. Recurso da Fazenda Nacional alegando contrariedade aos artigos 458, II e 535, II do CPC; artigos 43 e 111, do CTN; e art. 6º, V, da Lei n. 7.713/88, bem como inaplicabilidade, por analogia, do enunciado da Súmula 215 do STJ.	0	0	0
143	RESP 1107460 PE	Possibilidade de comprovação, por outros meios idôneos, da existência de acordo celebrado entre o FGTS, com intervenção da Caixa Econômica Federal - agente operador, e o titular de conta vinculada, para reaver expurgos inflacionários ocorridos entre dezembro de 1988 e fevereiro de 1989 (16,64%) e abril de 1990 (44,08%).	0	0	0
144	RESP 1110848 RN	Questão referente à movimentação de valores depositados em conta do FGTS e devolvidos ao Município pela CEF, em virtude de contrato de trabalho declarado nulo por ausência de concurso público.	0	0	0
145	RESP 1110578 SP	Questão referente ao termo inicial do prazo prescricional para ajuizamento de ação de repetição de tributo instituído por norma legal declarada inconstitucional pelo STF.	0	0	0
146	RESP 1110924 SP	Aplicação do encargo de 20% previsto no Decreto-lei n1.025/69 nas execuções fiscais manejadas contra massa falida.	0	0	0
147	RESP 1111002 SP	Cabimento da condenação da Fazenda Pública ao pagamento dos honorários advocatícios, na hipótese de extinção de execução fiscal fundada no art 26, da Lei n. 6.830/80. Princípio da causalidade. Recurso da Fazenda Nacional alegando contrariedade aos artigos 535, I e II, do CPC; art. 26, da Lei n. 6.830/80 e art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, bem como inaplicabilidade da Súmula 153, do STJ.	0	1	0
148	RESP 1111156 SP	Questão relativa à incidência do ICMS sobre produtos dados em bonificação.	0	0	0
149	RESP 1111175 SP	Recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no qual se discutem os períodos de aplicação da taxa Selic nos juros de mora incidentes sobre a repetição de indébito tributário.	8	1	0
150	RESP 1112577 SP	Discussões sobre o prazo de preciação para a cobrança de multa por infração à legislação do meio ambiente, se quinzenal, de acordo com art. 1º do Decreto 20.910/32, ou decenal, nos termos do art.205 do novo Código Civil, bem como sobre o termo inicial desse prazo, se a data da autuação ou do término do processo administrativo.	10	11	0
156	RESP 1112574 MG	Recurso Especial Repetitivo Representativo de controvérsia. Previdenciário. Aposentadoria. Teto.Discussão: Restrição do valor do benefício previdenciário de prestação continuada ao limite máximo do salário de benefício na data de início do benefício.	3	0	0
158	RESP 1112862 GO	Questão referente à possibilidade de imposição de multa diária prevista no art. 461 do CPC, pelo não-cumprimento da obrigação de fazer, qual seja, correção de contas vinculadas do FGTS.	0	0	0
162	RESP 1112745 SP	Recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que reconheceu a incidência de imposto de renda sobre verbas recebidas a título de "compensação espontânea" e "gratificação não habitual", decorrentes de Programa de Demissão Voluntária - PDV. Recurso do particular, alegando contrariedade ao artigo 43, I e II, do CTN, e evocando a aplicação da Súmula 215 do STJ.	0	0	0

163	RESP 1112747 DF	Recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que levou em consideração "os maiores índices expurgados do FGTS" para fins de apuração de sucumbência.	0	0	0
165	RESP 1113403 RJ	Recurso especial originado de ação objetivando o reconhecimento da inexigibilidade da tarifa cobrada pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto, em que o Tribunal de origem decidiu que: a) é ilegítima a cobrança progressiva da tarifa de água e b) a prescrição aplicável ao caso é quinquenal, nos termos do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor	1	2	1
167	RESP 1112886 SP	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105, III, Alínea A da CF. Direito Previdenciário. Auxílio-acidente. Art. 86 da Lei 8.213/91. Alegação de Impossibilidade de Condicionamento da Concessão do Benefício Acidentário à Irreversibilidade da Moléstia Incapacitante. Processamento nos termos do Art. 543-C do CPC e da Resolução No. 08/STJ.	6	0	0
168	RESP 1111117 PR	Fixação de juros moratórios em 12% ao ano, a partir do novo Código Civil, em sede de execução de título judicial, com suposta ofensa à coisa julgada estabelecida na sentença.	0	5	0
169	RESP 1111118 PR	Fixação de juros moratórios em 12% ao ano, a partir do novo Código Civil, em sede de execução de título judicial, com suposta ofensa à coisa julgada estabelecida na sentença.	0	0	0
170	RESP 1111119 PR	Fixação de juros moratórios em 12% ao ano, a partir do novo Código Civil, em sede de execução de título judicial, com suposta ofensa à coisa julgada estabelecida na sentença.	2	0	0
171	RESP 1112748 TO	Recurso Especial Repetitivo representativo da controvérsia. Art. 105, III, A e C Da Cf/88. Penal. Art. 334, § 1º, Alíneas C e D, do Código Penal. Descaminho. Tipicidade. Aplicação do Princípio da Insignificância.	0	0	0
173	RESP 1111177 MG	Recurso especial admitido pelo TRF da 1ª, relativo à averiguação da incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de antecipação ("Renda antecipada") de 10% da "Reserva Matemática" de Fundo de previdência privada, como incentivo para a migração para novo plano de benefícios da entidade. Discute-se nos autos se tais valores recebidos antecipadamente correspondem ao resgate das contribuições pagas pelo beneficiário para a formação do mencionado fundo ou se representam antecipação opcional de complementação de aposentadoria, para fins de verificar se configuram ou não acréscimo patrimonial a ensejar a incidência do imposto de renda.	0	0	0
175	RESP 860369 PE	Questão relativa ao direito de compensação de créditos acumulados de IPI provenientes da aquisição de matéria-prima, material de embalagem e insumos destinados à fabricação/industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, à luz do disposto no artigo 11, da Lei 9.779/99.	0	0	0
176	RESP 931727 RS	Questão referente à inclusão do valor do frete na base de cálculo do ICMS nas vendas sujeitas à substituição tributária (artigo 13, § 1º, II, "b", da Lei Complementar 87/96).	5	0	0
177	RESP 939527 MG	Questão referente à legalidade da sistemática prevista nos artigos 29 e 36, da Lei 8.541/92, que determinam a incidência do imposto de renda na fonte, de forma autônoma e isolada, nas aplicações financeiras das pessoas jurídicas, inobstante a ocorrência de prejuízos.	0	0	0
178	RESP 973733 SC	Questão referente ao termo inicial do prazo decadencial para a constituição do crédito tributário pelo Fisco nas hipóteses em que o contribuinte não declara, nem efetua o pagamento antecipado do tributo sujeito a lançamento por homologação (discussão acerca da possibilidade de aplicação cumulativa dos prazos previstos nos artigos 150, § 4º, e 173, do CTN).	0	1	0
179	RESP 1035847 RS	Questão referente à possibilidade de correção monetária de créditos escriturais de IPI referentes à operações de matérias-primas e insumos empregados na fabricação de produto isento ou beneficiado com alíquota zero.	0	0	0
180	RESP 1041237 SP	Questão referente à legalidade da exigência de Certidão Negativa de Débito - CND, para o reconhecimento do benefício fiscal de drawback no "momento do desembaraço aduaneiro".	0	0	0
181	RESP 1045472 BA	Questão referente à possibilidade de substituição da CDA antes da sentença de mérito, na forma do disposto no § 8º, do artigo 2º, da Lei 6.830/80, na hipótese de mudança de titularidade do imóvel sobre o qual incide o IPTU.	0	0	0
182	RESP 1049748 RN	Questão referente à incidência do imposto de renda sobre as verbas pagas pela PETROBRÁS a título de "indenização por horas trabalhadas" - IHT.	0	0	0
183	RESP 1075508 SC	Questão referente à possibilidade de creditamento de IPI relativo à aquisição de materiais intermediários que se desgastam durante o processo produtivo sem contato físico ou químico direto com as matérias primas (bens destinados ao uso e consumo).	0	0	0

184	RESP 1096288 RS	Questão referente à incidência do imposto de renda sobre verba paga a título de ajuda de custo pelo uso de veículo próprio no exercício das funções profissionais (auxílio-condução).	0	0	0
189	RESP 977090 ES	Questão referente à possibilidade de creditamento de ICMS incidente na energia elétrica consumida em estabelecimento comercial.	1	0	0
190	RESP 1112467 DF	Recurso especial em que se questiona a aplicação às empresas optantes pelo SIMPLES do art. 31 da Lei 8.212/91, segundo o qual "a empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços (...)"	0	0	0
191	RESP 1111159 RJ	Questão relativa à fixação da competência da justiça federal ou estadual para apreciar demandas referentes ao empréstimo compulsório estabelecido em favor da Eletrobrás, nos casos em que a União manifesta seu interesse no feito apenas após a prolação da sentença. A recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 50, e 535, I do CPC, bem como ao artigo 5º da Lei 9469/97.	0	0	0
192	RESP 903394 AL	Questão referente à legitimidade ativa ad causam do substituído (contribuinte de fato) para pleitear a repetição de indébito decorrente da incidência de IPI (tributo indireto) sobre os descontos incondicionais. Por se tratar de hipótese de substituição tributária, a presente quaestio iuris não se encontra compreendida no thema iudicandum objeto do Recurso Especial 1.105.349/RJ (legitimidade ativa ad causam do contribuinte de direito para pleitear a repetição de indébito decorrente da incidência de tributo indireto, em virtude da ausência de demonstração do repasse financeiro do ônus do tributo ao contribuinte de fato, nos termos do artigo 166, do CTN), submetido ao regime dos recursos repetitivos em 14 de abril de 2009.	0	0	0
193	RESP 1112646 SP	Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que versa sobre a incidência de IPTU sobre imóvel em que há exploração de atividade agrícola, à luz do Decreto-Lei 57/1966 (fl. 170).	2	1	0
194	RESP 1113175 DF	Questão em que se discute o cabimento de embargos infringentes relativamente a questões acessórias, a exemplo da fixação de verbas honorárias, que tenham sido decididas por maioria de votos. Para tanto, alega-se violação ao artigo 530 do CPC, bem como dissídio jurisprudencial.	4	0	1
195	RESP 1112743 BA	Recurso Especial interposto contra acórdão do TRF da 1ª Região, assim ementado: Processual Civil. Embargos à execução. Correção do saldo de conta vinculada ao FGTS. Impossibilidade jurídica do pedido. Ausência de alegado excesso na execução. Juros de mora devidos por força de lei. Percentual. Súmula nº 46/TRF 1ª Região. Vigência do novo Código civil. Aplicação do art. 406. Condenação em honorários advocatícios. Descabimento. Existência ou não de violação à coisa julgada e à norma do art. 406 do novo Código Civil, quando o título judicial exequendo, exarado em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros pela lei nova (CC de 2002).	0	0	0
196	RESP 1112746 DF	Recurso Especial interposto contra acórdão do TRF da 1ª Região, assim ementado: Processual Civil. FGTS. Expurgos inflacionários. Recomposição. Conta vinculada. Juros de mora. Existência ou não de violação à coisa julgada e à norma do art. 406 do novo Código Civil, quando o título judicial exequendo, exarado em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros de 1% ao mês a partir da lei nova. Possibilidade ou não de ser aplicado índice diverso.	0	0	0
197	RESP 1097042 DF	Recurso Especial Repetitivo. Processual Penal. Lei Maria da Penha. Lei 11.340/06. Violência Doméstica. Lesões Corporais de Natureza Leve. Natureza Jurídica da Ação Penal. Necessidade, ou não, de Representação da Vítima. Retratabilidade. Processamento nos Termos do Art. 543-C do CPC e da Resolução 08/STJ .	0	0	0

198	RESP 1112413 AL	Recurso especial contra acórdão oriundo do TRF da 5ª Região que, nos autos de embargos à execução de sentença que determinou a aplicação dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária dos saldos de conta vinculada do FGTS, reconheceu não restar configurado o excesso de execução, pois o valor devido deve ser atualizado a partir da data em que deveriam ter sido pagas as diferenças cobradas. Recurso da CEF alegando contrariedade ao disposto nos arts. 475-L e 743, I, do CPC, sob o argumento de que há excesso nos cálculos, pois, segundo a CEF: (a) suas análises obedeceram estritamente à decisão exequenda; (b) a simples verificação dos extratos e cálculos elaborados revelam a sua regularidade, vez que aplicaram o índice de poupança existente no primeiro dia de cada mês até a presente data; (c) a planilha adotada pelo exequente, ora recorrido, utilizou o mês de junho de 2003 como termo inicial da progressão dos cálculos, quando o correto seria adotar o mês da citação no processo de conhecimento, qual seja, agosto de 2006.	0	0	0
200	RESP 1102431 RJ	Questão referente à alegada impossibilidade de decretação de prescrição intercorrente nos casos de demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça (Súmula 106/STJ).	13	4	0
201	RESP 1113159 AM	Questão referente à possibilidade de dedução do valor referente à CSLL da base de cálculo da própria contribuição para apuração do lucro real e do Imposto de Renda (discussão acerca das bases de cálculo do IRPJ e do CSLL, previstas nos artigos 43 do CTN, 47 da Lei 4.506/64 e 1º da Lei 9.316/96, além das Leis 6.404/76 e 7.689/88).	0	0	0
202	RESP 1112884 MG	Questão referente à possibilidade de acumulação, por farmacêutico, de responsabilidade técnica por drogaria e farmácia, à luz do que dispõe o art. 20 da Lei 5.991/73 e art. 15 da Lei 5.991/73.	1	0	0
203	RESP 1110548 PB	Embargos do Devedor. Curador especial do revel. Defensoria Pública. Falta de garantia do Juízo. Art. 737, inciso I, do CPC, com redação anterior à Lei n.º 11.382/2006. Discussão acerca da exigibilidade do depósito prévio para o conhecimento dos embargos.	0	0	0
204	RESP 1106462 SP	Questão referente à incidência de ICMS sobre os encargos financeiros nas vendas a prazo.	0	0	0
205	RESP 1114407 SP	Recurso especial interposto pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, contra acórdão proferido pelo TJ do Estado de São Paulo, assim ementado: "Desapropriação - Avaliação - Indenização fixada a partir da prevalência do trabalho pericial - Idade do imóvel e estado de conservação - Valor unitário - Juros moratórios e compensatórios, índices, termo a quo e forma de cálculo - Redução dos compensatórios a 6% - Honorários, alíquota e base de cálculo - Elevação cabível segundo precedentes". Razões recursais sustentando: a) a contrariedade do disposto nos artigos 27, § 1º, e 42 do Decreto Lei 3.365/41 - pela fixação de verba honorária em 10% sobre a diferença entre a oferta e o montante fixado a título de indenização - combinado com o artigo 20, § 4º, além do artigo 535, inciso II, também do CPC; b) que deve ser considerado o depósito complementar à oferta na base de cálculo da verba honorária, vez que o laudo prévio elaborado e o depósito complementar efetuado independem da intervenção dos expropriados.	2	0	0
206	RESP 1112557 MG	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105, III, Alínea C da CF. Direito Previdenciário. Benefício Assistencial. Possibilidade de demonstração da condição de miserabilidade do beneficiário por outros meios de prova, quando a renda per capita do núcleo familiar for superior a 1/4 do Salário Mínimo. Processamento do Recurso Especial nos termos do Art. 543-C do CPC e da Resolução No. 08/STJ.	1	0	0
207	RESP 1113983 RN	Recurso Especial Repetitivo. Observância da Sistemática Prevista no art. 543-C do CPC e na Resolução N.º 08/STJ. Previdenciário. Aposentadoria por Invalidez. Benefício Concedido antes da Constituição Federal vigente. Salário-De-Contribuição. Correção Monetária. Processamento nos termos do Art. 543-C do CPC e da Resolução N.º 08/STJ.	1	0	0
208	RESP 1117068 PR	Recurso Especial Repetitivo. Penal. Violação aos art. 59, Inciso II, c.c. Arts. 65 E 68, caput, do Código Penal. Circunstâncias Atenuantes. Menoridade e Confissão Espontânea. Redução da Pena abaixo do mínimo legal. Crime Previsto no art. 12, caput, da Lei n.º 6.368/76. Combinação de Leis. Ofensa ao Art. 2.º, Parágrafo Único, do Código Penal e ao Art. 33, § 4.º, do Art. 11.343/06.	3	19	0
211	RESP 1106654 RJ	Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que considerou não abrangida na pensão alimentícia a gratificação natalina e a gratificação de férias recebidas pelo alimentante.	0	0	0

212	RESP 989419 RS	Questão referente à legitimidade passiva da União, em demandas promovidas por servidores públicos estaduais, objetivando a isenção ou não-incidência de imposto de renda retido na fonte, em que o produto da arrecadação do tributo pertence aos Estados da Federação.	0	0	0
213	RESP 1117073 PR	Recurso Especial Repetitivo. Estupro. Penal. Divergência Jurisprudencial. Violação Aos Art. 59, Inciso II, c.c. Arts. 65, 68, Caput, e 213 do Código Penal.Circunstâncias Atenuantes. menoridade e confissão espontânea. Diminuição da pena abaixo do mínimo legal. Enunciado da súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça.	0	13	0
214	RESP 1049974 SP	Impossibilidade de os embargos de declaração opostos contra decisão de órgão colegiado terem seu seguimento obstado monocraticamente, ex vi do artigo 537, do CPC.	0	0	0
215	RESP 963528 PR	Possibilidade de compensação de honorários, nos termos do art. 21 do CPC, quando da ocorrência de sucumbência recíproca, sem implicar violação ao art. 23 da Lei 8.906/94 - Estatuto da Advocacia.	2	0	0
218	RESP 929521 SP	Questão referente à incidência de COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis.	0	0	0
219	RESP 1120615 PR	Termo inicial dos juros de mora em ações de cobrança a versar sobre o pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT.	18	1	24
220	RESP 1098365 PR	Termo inicial dos juros de mora em ações de cobrança a versar sobre o pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT.	2	0	0
221	RESP 1117121 SP	Questão relativa à competência tributária para a cobrança de ISS, quando da realização de serviço de engenharia consultiva. O acórdão impugnado firmou entendimento no sentido de que a competência tributária para a cobrança do sobredito imposto é do município onde se situa o estabelecimento do prestador.	0	0	0
222	RESP 879844 MG	Questão relativa à utilização da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, diante da existência de Lei Estadual que determina a adoção dos mesmos critérios adotados na correção dos débitos fiscais federais.	2	0	0
223	RESP 1102578 MG	Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF/1988 contra acórdão do TRF da 1ª Região, que declarou nulo auto de infração, por considerar insubsistente multa fundada em Resolução do CONMETRO - Lei 5.966/1933, com conteúdo material não previsto na norma regulamentada.	0	0	0
225	RESP 1120616 PR	Questão relativa à necessidade de publicação dos editais nos moldes previstos no art. 605 da CLT para fins de cobrança da contribuição sindical rural.	1	0	0
227	RESP 1107543 SP	Questão referente à obrigatoriedade ou não de a Fazenda Pública, em sede de execução fiscal, proceder ao adiantamento dos valores relativos à expedição de ofício ao Cartório competente, para fornecimento de cópias dos atos constitutivos da executada.	1	0	0
228	RESP 1111201 PE	Questão relativa aos índices de reajuste das contas vinculadas ao FGTS (fev/89, jun/90, jul/91 e mar/91).	1	3	1
229	RESP 1112520 PE	Questão relativa aos índices de reajuste das contas vinculadas ao FGTS (jun/87, jan/89, abr/90, mai/90, jul/90 e fev/91). Razões da CEF alegando, preliminarmente, negativa da prestação jurisdicional (arts. 128 e 535 do CPC), ilegitimidade passiva (arts. 3º, 269, 267, VI e 295, II, do CPC), litisconsórcio necessário da União, inépcia da inicial (falta de documentação comprobatória de ser a CEF o banco depositário dos saldos do FGTS no período em que SE alega a existência de diferenças pendentes de pagamentos, denunciação à lide ao banco depositário, impossibilidade jurídica do pedido, carência da ação em relação à taxa progressiva de juros e prescrição do direito de ação, e, quanto ao mérito, insurgência relativa aos índices de atualização referentes aos meses de junho/87, janeiro/89, abril/90, maio/90, julho/90 e fevereiro/91, sustentando, além de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 3º, 128, 329, 267, I e VI e 295, II, 535, do CPC; 4º, da Lei 8.036/90; 178, § 10, III, do CC; 4º, do DL 4.597/42; 12, do DL 2.284/86; 16 do DL 2.335/87; 16, do DL 2.335/87; 6º, da Lei 8.024/90; 17, I, da Lei 7.730/89 e 12 e 17 da Lei 8.177/91. Aduz, por fim, negativa de vigência ao artigo 21 do CPC, ao argumento de que houve sucumbência recíproca.	0	0	0
231	RESP 1073846 SP	Questão referente à legitimidade de ex-proprietário de imóvel rural para integrar o pólo passivo de execução fiscal, que visa a cobrança de créditos tributários relativos ao ITR, sendo certa a inexistência de registro no cartório competente a comprovar a transação do domínio.	1	0	0
232	RESP 1118103 SP	Recurso especial originado de ação de desapropriação por utilidade pública, em que o acórdão recorrido decidiu que (a) os juros moratórios são incidentes a partir do trânsito em julgado; (b) a cumulação dos juros compensatórios e moratórios não implica em anatocismo vedado pela Lei de Usura.	15	1	0

233	RESP 1125627 PE	Recurso Especial originado de cumprimento de sentença em demanda objetivando a correção monetária dos saldos de contas vinculadas do FGTS, em que foi condenado o autor ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da CEF. Acórdão que negou provimento à apelação da CER, confirmando-se a sentença que indeferira o pedido de citação do executado para o pagamento, sob o fundamento de que descabe a pretensão executória concernente aos honorários advocatícios de valor abaixo do estipulado no art. 1º da Lei nº 9.469/97, porque se configura a "ausência de interesse de agir" (fl. 106) do autor "para a cobrança de verba honorária em valor ínfimo (...), que sequer cobriria as despesas com a execução " (fl. 106).	0	0	0
236	RESP 1108298 SC	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105, III, alínea A da CF. Direito Previdenciário. Auxílio-Acidente. Art. 86 da Lei 8.213/91. Requisito para a concessão do benefício. Alegação de necessidade de comprovação da efetiva redução da capacidade laborativa do segurado. Processamento do presente recurso nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 08/STJ.	31	0	0
237	RESP 1114938 AL	Recurso Especial Repetitivo. ART. 105, III, alínea A da CF. Direito Previdenciário. Revisão da renda mensal inicial. Incidência do prazo de decadência instituído pelo art. 103 da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 9.528/97, aos benefícios concedidos em data anterior à sua vigência. Processamento do presente recurso nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 08/STJ.	0	0	0
238	RESP 1066682 SP	Questão referente à forma de cálculo da contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina.	0	0	0
239	RESP 1116399 BA	Recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no qual discute-se a forma de interpretação e o alcance da expressão "serviços hospitalares", prevista no artigo 15, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei 9.429/95, para fins de recolhimento do IRPJ e da CSLL com base em alíquotas reduzidas.	0	0	0
240	RESP 1112943 MA	A necessidade da comprovação do esgotamento das diligências para localização de bens de propriedade do devedor para a realização das providências previstas no art. 655-A do CPC.	2	12	6
241	RESP 914253 SP	Impossibilidade de decretação da prisão civil do depositário infiel.	9	2	2
243	RESP 1112326 DF	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105, III, Alíneas A e C da CF. Direito Penal. Corrupção de Menor. Crime Formal. Desnecessidade de Demonstração de Efetiva Corrupção Penal do Menor. Processamento do Presente Recurso nos termos do Art. 543-C Do CPC e da Resolução No. 08/STJ.	11	3	0
245	RESP 886178 RS	Impossibilidade de ajuizamento de ação própria pelo advogado da parte cujo pedido foi julgado procedente, objetivando a fixação de honorários advocatícios, quando transitada em julgado decisão omissa na condenação em verba sucumbencial.	1	0	0
246	RESP 1127954 DF	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105, III, Alíneas A e C da CF. Direito Penal. Corrupção de Menor. Crime Formal. Desnecessidade de Demonstração de Efetiva Corrupção Penal do Menor. Processamento do Presente Recurso nos termos do Art. 543-C Do CPC e da Resolução No. 08/STJ.	0	3	0
248	RESP 1032606 DF	Questão relativa à possibilidade da incidência da TR como índice de correção monetária e juros de mora aos débitos de FGTS não repassados ao fundo pelo empregador.	0	0	0
249	RESP 1103009 RS	Questão relativa à restrição do deferimento de modificações no CNPJ, para incluir, no quadro societário da empresa, pessoa física com pendências perante a Receita Federal, nos termos dos limites impostos pela IN SRF 200/02, que regulamentou, em parte, a Lei nº 5.614/70.	0	0	0
250	RESP 1111148 SP	Questão relativa à vigência do benefício fiscal do crédito prêmio de IPI, criado pelo Decreto-lei nº 491/1969.	0	0	0
251	RESP 1114404 MG	Recurso especial oriundo do TRF da 3ª Região, no qual o particular alega contrariedade ao art. 165, I, do CTN, art. 66, §2º, da Lei n. 8.383/97, e art. 890, §2º, do Decreto nº 3.000/99; bem como a faculdade de o contribuinte, que detém crédito contra a Fazenda Pública por tributo indevidamente pago, optar pela restituição via precatório ou compensação, conforme previsão legal do ente tributante.	1	0	0
252	RESP 1129971 BA	Questão referente à vigência do benefício fiscal do crédito prêmio de IPI, criado pelo Decreto-lei nº 491/1969, face à inconstitucionalidade proclamada pelo STF do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79 e do art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, em sede de controle difuso (RE nº 186.623-3/DF e RE nº 186.359-5/RS), e posterior publicação da Resolução nº 71/2005, do Senado Federal; bem como ao prazo prescricional quinquenal, nas demandas onde se discute a sua utilização, contado do ajuizamento da ação, nos termos do Decreto nº 20.910/32.	0	0	0

255	RESP 947206 RJ	Questão referente à definição do termo inicial do prazo prescricional para pleitear a repetição de indébito relativo a tributos sujeitos ao lançamento de ofício (como é o caso do IPTU) - em contraposição ao prazo prescricional relativo à ação anulatória de débito fiscal - com prevalência da aplicação dos artigos 156, I, 165, I e 168, I, do CTN sobre o artigo 1º do Decreto 20.910/32.	0	0	0
256	RESP 1030817 DF	Questão referente à possibilidade de o Tribunal a quo se manifestar acerca da base de cálculo e semestralidade do PIS, quando o pedido formulado na inicial cingiu-se à declaração de inexistência de relação jurídica decorrente da incidência dos Decretos-lei nº2.445/88 e 2.249/88, sem incorrer em julgamento <i>extra petita</i> .	0	0	0
258	RESP 1042361 DF	Reconhecimento do direito dos procuradores federais à intimação pessoal das decisões proferidas no processo, nos termos do art. 17 da Lei 10.910/2004.	0	0	0
259	RESP 1125550 SP	Recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra acórdão do TRF da 3ª Região, no qual se discute se a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária depende da comprovação de que não houve a transferência do custo para o consumidor, consoante estabelece o art. 89, § 1º, da Lei 8.213/91.	0	0	0
260	RESP 1112879 PR	Legalidade da cobrança de juros remuneratórios devidos em contratos bancários, desde que (1) não haja prova da taxa pactuada ou (2) a cláusula ajustada entre as partes não tenha indicado o percentual a ser observado.	14	22	30
261	RESP 1112880 PR	Legalidade da cobrança de juros remuneratórios devidos em contratos bancários, desde que (1) não haja prova da taxa pactuada ou (2) a cláusula ajustada entre as partes não tenha indicado o percentual a ser observado.	3	0	0
262	RESP 1112524 DF	Possibilidade ou não de inclusão dos expurgos inflacionários nos cálculos da correção monetária, quando não expressamente postulados pelo autor na fase de conhecimento.	2	0	0
263	RESP 1091710 PR	Legitimidade de terceiro prejudicado para interpor agravo de instrumento em execução na qual houve ordem de penhora de créditos de sua titularidade.	0	0	0
264	RESP 1123669 RS	Questão referente à possibilidade de oferecimento de garantia, em sede de ação cautelar, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, cujo respectivo executivo fiscal ainda não foi ajuizado, visando à obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa.	66	1	0
265	RESP 1021263 SP	Questão relativa à possibilidade de instituições de ensino que se dediquem exclusivamente às atividades de creche, pré-escolas e ensino fundamental optarem pelo SIMPLES.	362	0	0
266	RESP 1001779 DF	Questão referente à possibilidade de apreciação, em sede de ação rescisória (com o afastamento da Súmula 343 do STF), da questão relativa à isenção do imposto de renda em relação às contribuições recolhidas sob a égide da Lei 7.713/88 para a formação do fundo de aposentadoria, cujo ônus fosse exclusivamente do participante.	1	0	0
267	RESP 58265 SP	Questão referente à incidência de imposto de renda sobre o resultado das aplicações financeiras realizadas pelas Cooperativas.	0	0	0
268	RESP 962838 BA	Questão referente à ilegitimidade da exigência de depósito prévio como condição de procedibilidade da ação anulatória de crédito tributário (art. 38 da Lei 6.830/80).	0	0	0
269	RESP 1117139 RJ	Questão referente à multiplicidade de recursos que questionam a possibilidade de creditamento de ICMS incidente na energia elétrica consumida em estabelecimento comercial, à luz da Lei Complementar 87/96 e alterações legislativas subseqüentes.	0	0	0
270	RESP 956943 PR	Requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal.	278	0	0
271	RESP 1112648 DF	Requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal.	0	0	0
272	RESP 773643 DF	Requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal.	4	0	0
275	RESP 1133696 PE	Questão referente ao prazo prescricional para a cobrança da taxa de ocupação de terrenos de marinha, à luz do art. 1º do Decreto 20.910/32 e do art. 47 da Lei 9.636/98.	0	0	0
277	RESP 1133710 GO	O presente recurso especial versa a questão referente ao condicionamento da homologação da opção pelo REFIS à prestação de garantia no valor do débito exequendo ou ao arrolamento de bens, na hipótese em que a dívida consolidada seja superior a R\$ 500.000,00 (art. 3º, §§ 4º e 5º, da Lei 9.964/00).	0	0	0
279	RESP 973827 RS	Possibilidade ou não de capitalização de juros mensais em contratos bancários, especialmente após a entrada em vigor do art.5º da Medida Provisória n.2170-36/2001.	3.479	0	0

280	RESP 1114780 SC	Recurso especial dirigido contra acórdão regional que assentou incumbir ao Município o ônus da prova da remessa e recebimento do carnê de cobrança da taxa de licença para funcionamento ao endereço do contribuinte, sob pena de nulidade da CDA. Malgrado a questão iuris identificar-se com a deslindada no âmbito do REsp 1.111.124/PR, (Relator: Ministro Teori Albino Zavascki) já julgado pela Primeira Seção, em 22.04.2009, verifica-se a multiplicidade de recursos especiais no que pertine à Taxa de Licença para Funcionamento.	1	0	0
281	RESP 1115501 SP	Questão referente ao cabimento ou não da mera substituição ou emenda da CDA para prosseguimento da execução fiscal pelo valor remanescente daquele constante do lançamento tributário ou do ato de formalização do contribuinte fundado em legislação posteriormente declarada inconstitucional em sede de controle difuso (in casu, os Decretos-Leis 2.445/88 e 2.449/88).	0	0	0
282	RESP 1116620 BA	Questão referente à natureza do rol de moléstias graves constante do art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88 - se taxativa ou exemplificativa -, de modo a possibilitar, ou não, a concessão de isenção de imposto de renda a aposentados portadores de outras doenças graves e incuráveis.	0	0	0
283	RESP 1117903 RS	Controvérsia estabelecida acerca da definição da natureza jurídica da remuneração cobrada pelo fornecimento de água e esgoto por concessionária de serviço público (se taxa ou tarifa/preço público) para fins de fixação do prazo prescricional.	0	1	0
284	RESP 1123539 RS	Questão referente à possibilidade de cobrança dos créditos provenientes de operações de crédito rural cedido à União pelo Banco do Brasil, nos termos da MP 2.196-3/2001, pelo rito da execução fiscal.	0	0	0
285	RESP 1123557 RS	Questão referente à legitimidade da recusa de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, na hipótese de existência de declaração de tributo sujeito ao lançamento por homologação (DCTF) sem a antecipação do respectivo pagamento.	36	0	0
286	RESP 1124420 MG	Questão referente à forma de extinção da ação de embargos, no caso de adesão a acordo de parcelamento de dívida (REFIS ou PAES) - se com ou sem resolução de mérito.	0	0	0
287	RESP 1124537 SP	Questão referente à possibilidade de utilização do mandado de segurança como via adequada à obtenção da declaração do direito de compensação, nos termos da Súmula 213 do STJ, em oposição à utilização do <i>mandamus</i> como meio de validação, pelo Poder Judiciário, da compensação anteriormente efetuada.	1	0	0
288	RESP 1125133 SP	Questão referente à não-incidência do ICMS sobre o mero deslocamento de equipamentos ou mercadorias entre estabelecimentos da titularidade do mesmo contribuinte, em razão da ausência de circulação econômica para fins de transferência de propriedade.	0	1	0
290	RESP 1127815 SP	Impossibilidade de deferimento "ex officio" de reforço da penhora realizada validamente no executivo fiscal, a teor dos artigos 15, II, da LEF e 667 e 685 do CPC.	0	0	0
291	RESP 1135489 AL	Questão relativa à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS sobre operações interestaduais, realizadas por empresa de construção civil, na aquisição de material a ser empregado na obra que executa.	0	0	0
292	RESP 1136144 RJ	Questão relativa à possibilidade de arguição de prescrição em sede de exceção de pré-executividade, ainda que fundada na inconstitucionalidade da lei ordinária que ampliou o prazo prescricional (artigo 46, da Lei 8.212/91).	0	0	0
293	RESP 1136210 PR	Questão referente à legalidade da aplicação da sistemática de recolhimento da contribuição destinada ao PIS, constante da Lei Complementar 7/70, no período de outubro de 1995 a fevereiro de 1996 (alegada revogação tácita da Lei Complementar 7/70 pela Medida Provisória 1.212, de 29 de novembro de 1995, convertida na Lei 9.715, de 26 de novembro de 1998, o que importaria na inexigibilidade do tributo no lapso temporal especificado).	0	0	0
294	RESP 1137497 CE	Questão referente à impossibilidade de exclusão dos dados do devedor do CADIN, ante a mera discussão judicial da dívida, sem que sejam observados os requisitos do art. 7º da Lei 10.722/2002.	1	0	0
295	RESP 1137738 SP	Questão referente à aplicabilidade das leis disciplinadoras dos regimes de compensação relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.	0	0	0
296	RESP 1138159 SP	Questões relativas a: a) o prazo decadencial das contribuições previdenciárias, cujos fatos geradores são anteriores à vigência da Constituição Federal de 1988; b) a ilegalidade da inclusão do valor do transporte (frete) na base de cálculo da contribuição previdenciária ao FUNRURAL, por não integrar o valor comercial do produto rural.	0	0	0

297	RESP 1138202 ES	Questão referente à desnecessidade da instrução da petição inicial da execução fiscal com o demonstrativo de cálculo, uma vez não estar arrolado entre os requisitos essenciais impostos pela Lei 6.830/80, sendo inaplicável à espécie o art. 614, II, do CPC.	0	0	0
298	RESP 1138206 RS	Questão referente à fixação, pelo Poder Judiciário, de prazo razoável para a conclusão de processo administrativo fiscal.	0	0	0
301	RESP 1140956 SP	Questão referente à impossibilidade de ajuizamento de executivo fiscal enquanto pendente de julgamento ação anulatória de lançamento fiscal, em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito do montante integral do débito, nos termos do artigo 151, inciso II, do CTN.	4	2	0
302	RESP 1148444 MG	Questão relativa à higidez do aproveitamento de crédito de ICMS, realizado pelo adquirente de boa-fé, no que pertine às operações de circulação de mercadorias cujas notas fiscais (emitidas pela empresa vendedora) tenham sido, posteriormente, declaradas inidôneas, à luz do disposto no artigo 23, da Lei Complementar 87/96.	3	2	0
303	RESP 1123306 SP	Questão referente à possibilidade de expedição de certidão de regularidade fiscal à pessoa jurídica de direito público quando ajuizada ação antiexecucional (embargos à execução fiscal ou ação anulatória), na ausência de penhora ou causa de suspensão de exigibilidade prevista no art. 151 do CTN.	0	0	0
304	RESP 1131718 SP	Questão referente à incidência do ICMS sobre a importação de aeronave sob o regime de arrendamento simples (leasing operacional).	15	0	0
305	RESP 1134665 SP	Questão referente à possibilidade da aplicação retroativa da Lei Complementar 105/2001 (que revogou o artigo 38, da Lei 4.595/64, que condicionava a quebra do sigilo bancário à obtenção de autorização judicial) para fins de viabilização da constituição do crédito tributário.	0	0	0
306	RESP 1134903 SP	Questão referente ao direito de creditamento de IPI, no momento da saída de produto tributado do estabelecimento industrial, no que pertine às operações de aquisição de matéria-prima ou insumo isento, não tributado ou sujeito à alíquota zero, à luz da Lei 9.779/99.	0	0	0
307	RESP 1135534 PE	Questão relativa à legitimidade da incidência da base de cálculo de ICM sobre o valor total das operações de fornecimento de alimentação e bebidas por bares, restaurantes e similares.	0	0	0
310	RESP 1141065 SC	Questão relativa à inclusão ou não das quantias recebidas a título de pagamento de salários e encargos sociais dos trabalhadores na base de cálculo da contribuição social destinada ao PIS e da COFINS devidas por empresas que, além da prestação de serviço de locação de mão-de-obra temporária (Lei 6.019/74), exercem a atividade de prestação de serviços especializados de limpeza, portaria, conservação, transporte, telefonista, jardinagem, dentre outros, fornecidos na forma de mão-de-obra terceirizada.	0	0	0
312	RESP 1116364 PI	Questão referente à incidência de juros compensatórios nas desapropriações para fins de reforma agrária quando improdutivo o imóvel.	0	0	0
313	RESP 1008667 PR	Possibilidade de reconhecimento <i>ex officio</i> da ausência de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição, assim como da relação dos documentos que instruíram o recurso, nos termos do art.526 do CPC.	0	1	0
314	RESP 1131805 SC	Validade da intimação na qual, malgrado conste o nome correto do advogado, há equívoco quanto ao número de inscrição na OAB.	1	0	0
315	RESP 1114767 RS	Impenhorabilidade absoluta de bem imóvel, sede da empresa individual executada, por força do disposto no artigo 649, V, do CPC (com redação dada pela Lei 11.382/2006).	1	0	0
316	RESP 1116287 SP	Possibilidade de ajuizamento de novos embargos à execução restritos aos aspectos formais de nova penhora efetuada.	0	0	0
317	RESP 1143471 PR	Renúncia tácita na hipótese em que a exequente, intimada a se manifestar pela satisfação integral do crédito exequendo ou pelo prosseguimento da execução de sentença, queda-se inerte, dando azo à extinção do processo, com arrimo no artigo 794, I, do CPC.	0	0	0
318	RESP 1141990 PR	Configuração ou não de fraude à execução fiscal diante da boa-fé do terceiro adquirente, em face da inexistência de registro de penhora do bem alienado, tendo em vista a Súmula 375 do STJ.	8	2	0
319	RESP 1143677 RS	Incidência de correção monetária e juros moratórios entre a data da expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV e seu efetivo pagamento.	0	0	0
321	RESP 976836 RS	Questões relativas à: (a) legalidade do repasse do PIS e da COFINS na tarifas de serviços de telefonia; (b) aplicação do art. 42, § único, do CDC, na hipótese de eventual repetição dos referidos valores; (c) necessidade de detalhamento dos valores sub examine nas faturas mensais dos consumidores, por isso que mais abrangente do que o recurso anteriormente afetado à 1ª Seção (RESP 1.008.533/RJ).	1	59	0

324	RESP 1008343 SP	Questão referente à possibilidade de alegação da compensação nos embargos à execução, em decorrência do advento da Lei n.º 8.383/91, desde que se trate de crédito líquido e certo, como o resultante de declaração de inconstitucionalidade da exação, bem como quando existente lei específica permissiva da compensação.	1	0	0
325	RESP 1029113 AL	Questão referente ao termo <i>ad quem</i> (data de extinção) da contribuição para o FUNRURAL incidente sobre as operações econômicas de aquisição de produtos rurais pelas agroindústrias.	0	0	0
326	RESP 1133815 SP	Controvérsia sobre a taxa de juros de mora a ser aplicada na repetição de indébito da contribuição previdenciária estadual cobrada de servidores inativos entre a EC 20/98 e a edição da Lei Complementar Paulista n.º 954/03, editada na égide da EC 41/03, se o art. 1º-F da Lei 9.494/97, como entendeu o aresto recorrido, ou o art. 161 c/c 167, parágrafo único, do CTN, como afirmam os <u>recorrentes</u> .	0	0	0
327	RESP 933081 RJ	Inviabilidade da expedição de precatório complementar para o pagamento de juros de mora decorrentes do período entre a data da expedição e a data do efetivo pagamento do precatório original, desde que realizado no prazo estabelecido no art. 100, § 1º, da Constituição Federal.	129	0	0
328	RESP 1133863 RN	Recurso Especial Repetitivo. Alíneas "A" e "C". Previdenciário. Tempo de serviço. Arts. 55, § 3º, da Lei 8.213/91, e 62 do Decreto 3.048/99. Comprovação do tempo de serviço. Necessidade de início de prova documental. Processamento nos termos do art. 543-C e da Resolução nº 08/STJ.	0	0	0
329 *	RESP 1107201 DF	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	22.267	0	0
330	RESP 1147595 RS	Diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos.	5.378	0	0
332	RESP 1034255 RS	Legitimidade passiva da Brasil Telecom S/A para responder pelas ações não subscritas da Companhia Riograndense de Telecomunicações, bem como do cabimento da condenação da companhia ao pagamento dos dividendos relativos às ações a serem indenizadas.	0	0	0
333	RESP 1112474 RS	legitimidade passiva da Brasil Telecom S/A para responder pelas ações não subscritas da Companhia Riograndense de Telecomunicações, bem como do cabimento da condenação da companhia ao pagamento dos dividendos relativos às ações a serem indenizadas.	0	0	0
334	RESP 1063661 RS	Prazo de prescrição para a cobrança de investimento feito por usuário em rede de eletrificação rural.	0	20	7
335	RESP 1119300 RS	Restituição das parcelas pagas em consórcio em caso de desfazimento do contrato.	5	20	9
336	RESP 1157215 SP	Recurso Especial Repetitivo. Art. 105,III, alínea "a" da CF. Direito Penal. Crime ambiental. Art. 40, caput da Lei 9.605/98. conduta perpetrada em área de preservação permanente. Possibilidade de enquadramento no conceito de unidade de conservação. Processamento do presente recurso nos termos do art. 543-c do CPC e da Resolução 08/STJ.	461	0	0
337	RESP 1144469 PR	Questão referente à possibilidade de exclusão, da base de cálculo do PIS e da Cofins, dos valores que, computados como receitas, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso III, da Lei 9.718/98.	0	0	0
338	RESP 1120097 SP	Questão referente à viabilidade da extinção <i>ex officio</i> do processo de execução fiscal não embargada, com base no art. 267, III, do CPC, restando afastado o Enunciado Sumular 240 do STJ.	0	0	0
340	RESP 1145146 RS	Questão referente à inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre a União e a Eletrobrás, em demanda que versa sobre questões relativas ao empréstimo compulsório de energia elétrica, em face da faculdade de o contribuinte eleger apenas um dos devedores <u>solidários</u> .	1	0	0
341	RESP 1114562	Recurso Especial Representativo da Controvérsia. Previdenciário. Auxílio-Doença Convertido em Aposentadoria por Invalidez. Apuração da Renda Mensal Inicial - RMI. Alegação de Ofensa ao Art. 29, § 5º, da Lei N. 8.213/1991. Limite do Art. 36, § 7º, Do Decreto N. 3.048/1999. Processamento Segundo o Rito do Art. 543-C Do CPC e Resolução do STJ n. 8/2008.	7	0	0
342	RESP 1144079 SP	Incidência ou não da modificação do art.475 do CPC, promovida pela Lei 10.352/2001, que limitou o cabimento da remessa oficial apenas às decisões desfavoráveis à Fazenda Pública que sejam superiores a 60 (sessenta) salários mínimos.	54	0	0
344	RESP 1120276 PA	Questão referente à definição do foro competente para o ajuizamento da execução fiscal, à luz do art. 578 do CPC.	0	0	0

345	RESP 1110321 DF	Trata-se de recurso especial admitido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região como representativo de controvérsia, nos termos do art. 543-C, § 1.º, do CPC, em que se discute a ilegalidade das Portarias do DNAEE n. 38/86 e 45/86 e, de 4/3/1986, que majoraram as tarifas de energia elétrica quando da vigência do Plano Cruzado, que instituiu o congelamento de todos os preços públicos e privados, bem como a aplicação do prazo prescricional previsto no Decreto-Lei n. 20.910/32.	4	49	0
347	RESP 1129938 PE	Possibilidade de conversão, <i>ex officio</i> , de ação executiva que não preenche os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade em ação <i>monitória</i> .	5	0	0
348	RESP 1133689 PE	Natureza jurídica do prazo estabelecido no art. 284, do CPC, à luz da hipótese de justa causa prevista no art. 183 do mesmo diploma legal.	1	0	0
349	RESP 1101015 BA	Recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 1ª Região em demanda objetivando a cobrança de diferenças devidas pela União a título de complementação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, no período compreendido entre os anos de 1.998 a 2.002. Controvérsia relativa ao piso para a fixação do Valor Mínimo Anual por Aluno - VMAA. O Tribunal definiu o estipulado no § 1º do art. 6º da Lei 9.424/96 - que representa a média nacional descrita como a "razão entre o total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas, levando-se em conta os dados do País, como um todo, e não de cada Estado da Federação isoladamente". A recorrente (União) aduz ser possível a fixação de um VMAA nacional, a partir do menor valor encontrado em cada Estado ou no Distrito Federal, porquanto o FUNDEF tem natureza de fundo regional.	0	0	0
350	RESP 1133769 RN	Possibilidade, ou não, da segunda quitação do saldo residual relativo a contrato de financiamento para aquisição de residência própria, entabulado pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, com a utilização de recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, nos termos da Leis 4.380/64, 8.004/99 e 8.100/99.	0	31	1
351	RESP 1115078 RS	Controvérsia sobre o prazo prescricional para a cobrança de multa administrativa por infração à legislação do meio ambiente aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta: se quinzenal, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32, ou vintenária, segundo o art. 177 do Código Civil de 1916. Questão coincidente, apenas em parte, com a do REsp 1.112.577/SP (Rel. Min. Castro Meira, também sujeito ao regime do art. 543-C do CPC) pois, naquele, a multa decorreu do poder de polícia ambiental exercido por entidade vinculada ao Estado de São Paulo.	1	0	0
352	RESP 1165276 PE	Recurso especial interposto em face de acórdão do TRF da 5ª Região, proferido em sede de mandado de segurança impetrado com o objetivo de afastar a cobrança de laudêmio, na hipótese de transferência do domínio útil de imóvel da União, situado em terreno de marinha, para fins de integralização do capital social de empresa.	0	0	0
353	RESP 959338 SP	Questão referente à possibilidade de juntada de documentos destinados à apuração do quantum debeatur relativo ao benefício do crédito prêmio do IPI, em fase de liquidação de sentença.	19	0	0
355	RESP 1153119 MG	Questão referente à responsabilização pessoal dos sócios por débitos previdenciários das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, com base no art. 13 da Lei 8.620/93, se deve ficar subordinada à verificação das condições estabelecidas no art. 135, III, do CTN.	0	0	0
356	RESP 1131047 MA	Recurso especial em que se questiona, na vigência da Lei 9.711/98, a responsabilidade das empresas cedentes de mão-de-obra pelo recolhimento das contribuições previdenciárias nos casos em que as empresas tomadoras não realizem a retenção e o pagamento ou o efetuem em valor menor que o devido.	0	0	0
361	RESP 1157847 PE	Recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 5ª Região, que negou provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial por entender que o contribuinte faz jus à emissão da certidão de regularidade fiscal, ainda que o pedido de compensação refira-se ao crédito-prêmio de IPI. Cinge-se a discussão, portanto, em saber se a declaração de compensação relativa ao crédito-prêmio de IPI suspende, ou não, a exigibilidade do crédito para efeitos de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.	0	0	0

363	RESP 1121023 SP	Recurso especial interposto por empresa contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região que, nos autos do mandado de segurança em que se postulou o reconhecimento do direito de efetuar a compensação de tributos indevidamente recolhidos a título de PIS com parcelas vincendas do próprio PIS e de outras contribuições arrecadadas pela Receita Federal, decidiu pela ausência de interesse de agir do impetrante, tendo em vista a edição da Instrução Normativa n. 21/97, que eliminou quaisquer óbices à compensação tributária.	0	0	0
364	RESP 1146772 DF	Controvérsia relativa à incidência de contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de auxílio-creche.	0	0	0
365	RESP 1144810 MG	Recurso especial em que se questiona a legitimidade do ato que condiciona a liberação de veículo apreendido por transporte irregular de passageiros ao pagamento de multas e de demais despesas (Lei 9503/97, art. 231, VIII, c/c Decreto 2521/98, art. 85, § 3º).	2	0	0
369	RESP 1118893 MG	Controvérsia sobre os limites objetivos da coisa julgada, dadas as alterações legislativas posteriores ao trânsito em julgado de sentença declaratória de inexistência de relação jurídica tributária no tocante à Contribuição Social sobre o lucro Líquido (CSLL) instituída pela Lei 7.689/88.	0	0	0
370	RESP 1124507 MG	Controvérsia em que se questiona se a exclusão da sociedade empresária do regime de recolhimento de tributos denominado SIMPLES deve produzir efeitos a partir do mês subsequente à situação excludente e não apenas a partir da intimação do contribuinte ou da data constante do ato declaratório da exclusão.	0	0	0
371	RESP 1127610 MG	Questão referente à legalidade da imposição do Decreto 332/91 no sentido de não admitir a exclusão da parcela relativa à diferença entre o BTNF e o IPC da base de cálculo da CSLL, apesar de ser admitida tal exclusão da base de cálculo do imposto de renda.	0	0	0
372	RESP 1151364 PE	Questão sobre correção monetária das contas vinculadas ao FGTS no mês de março de 1990. O acórdão recorrido decidiu que a isenção de custas em favor da CEF, estabelecida pelo art. 24-A da MP 1984-23, não a desobriga de ressarcir as custas adiantadas pelo autor da ação.	0	0	0
373	RESP 1163643 SP	Recurso especial contra acórdão que considerou cabível a dispensa da defesa prévia em ação de improbidade administrativa, prevista no art. 17, § 7º, da Lei 8.429/92, quando instruído o processo com o inquérito civil promovido pelo Ministério Público.	2	0	0
374	RESP 1164452 MG	Controvérsia em que se questiona a incidência do comando inserto no art. 170-A do CTN, introduzido pela LC 104/01, relativamente à compensação de tributo objeto de ações já em curso, quando da entrada em vigor desse dispositivo.	0	0	0
375	RESP 1167039 DF	Recurso no qual se questiona o alcance da expressão "objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo" constante no art. 170-A do CTN, introduzido pela LC 104/01, na hipótese de o crédito do contribuinte apresentado para compensação ser de tributo declarado inconstitucional.	0	0	0
377	RESP 1155125 MG	A controvérsia refere-se ao critério de fixação dos honorários advocatícios em feito que objetiva a declaração do direito à compensação tributária, se deve ser adotado como base de cálculo o valor da causa – como afirmado no aresto recorrido – , ou o valor da condenação – como defende a recorrente.	0	0	0
378	RESP 1164017 PI	Cinge-se a discussão em saber se a câmara de vereadores detém legitimidade ativa para discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre a remuneração paga a vereadores.	0	0	0
379	RESP 1155684 RN	Recurso especial admitido pelo TRF da 5ª Região em que se discute a legalidade da cobrança de juros capitalizados e da exigência de prestação de garantia pessoal (fiador) para a celebração de contrato de financiamento estudantil vinculado ao FIES.	0	0	0
380	RESP 1118429 SP	Questão referente à forma de cálculo do Imposto de Renda na fonte, na hipótese de pagamento acumulado de benefícios previdenciários atrasados, vale dizer, se o IR deve ter como parâmetro o valor de cada parcela mensal a que faria jus o beneficiário, ou se deve ser calculado sobre o montante integral creditado.	0	0	0
382	RESP 1160435 PE	Recurso especial admitido pelo TRF da 5ª Região, versando acerca: (i) da possibilidade de o credor unilateralmente eleger o agente fiduciário no bojo de execução extrajudicial de contrato regido pelas normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com garantia hipotecária; (ii) da observância ao Decreto-Lei n. 70/66, precisamente acerca da notificação pessoal do devedor para purgação da mora.	0	1	1

384	RESP 1173062 AL	Recurso especial interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF, em que se discute (i) a legitimidade para integrar a lide na qual se postula a anulação da Notificação para Depósito de Fundo de Garantia - NDFG's, com a consequente desconstituição da inscrição em dívida ativa, e (ii) a necessidade de discriminação no processo administrativo dos empregados em favor dos quais será revertido o FGTS.	2	0	0
385	RESP 1060210 SC	Questão relativa à incidência de ISS sobre operações de arrendamento mercantil ou leasing, sobressaindo-se duas questões baliaras: a) a definição da base de cálculo do tributo; b) o sujeito ativo da presente relação jurídico-tributária.	22	0	0
386	RESP 1086382 RS	Questão referente ao prazo prescricional relativo das ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FuSex.	0	0	0
389	RESP 1087111 MS	Direito Processual Civil-Administrativo-Execução contra a Fazenda Pública. Requisição de pequeno valor. Expedição do ofício requisitório. Competência. Presidente do Tribunal. Recurso Especial Representativo de controvérsia repetitiva. Afetação à Corte Especial. Art. 543-C, § 2º, do CPC c/c o 2º da Resolução 8/08 do STJ.	4	0	0
390	RESP 1042585 RJ	Questão referente à legitimidade da recusa do fornecimento de certidão negativa de débito tributário, na hipótese em que a autoridade administrativa competente não procede ao lançamento de ofício supletivo de suposta diferença advinda da compensação efetuada pelo contribuinte, por sua conta e risco, de crédito vincendo atinente a tributo sujeito a lançamento por homologação.	0	0	0
392	RESP 1116440 MG	Questão relativa à legalidade do adicional de alíquota de 2,5% atinente à contribuição previdenciária patronal (sobre a folha de salários) exigido das entidades de previdência privada (entre outras), à luz do disposto no artigo 22, § 1º, da Lei 8.212/91.	0	0	0
393	RESP 1136733 PR	Questão referente à violação da coisa julgada em decorrência da determinação de incidência da taxa SELIC em sede de execução de sentença, quando esta determinou a aplicação de juros de mora em 1%, posteriormente à vigência da Lei 9.250/95.	4	0	0
394	RESP 1142177 RS	Questão relativa à incidência do imposto sobre a renda em relação ao pagamento de verba decorrente de reintegração do servidor ao cargo por decisão judicial.	2	0	0
395	RESP 1162307 RJ	Questão referente à sujeição passiva da relação jurídico-tributária relativa ao salário-educação, vale dizer, se o pólo passivo da referida relação é integrado por empresa em sentido lato ou em sentido estrito.	0	0	0
399	RESP 1164716 MG	Controvérsia atinente à incidência da contribuição destinada ao PIS e da COFINS sobre a receita oriunda de atos cooperativos típicos realizados pelas cooperativas, à luz do disposto no artigo 79, parágrafo único, da Lei 5.764/71.	0	0	0
401	RESP 826428 MG	Questão relativa à subsistência da isenção da COFINS incidente sobre o faturamento/receita das sociedades civis prestadoras de serviços de profissão legalmente regulamentada, prevista no artigo 6º, II, da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a revogação perpetrada pelo artigo 56, da Lei 9.430/96.	0	0	0
402	RESP 957509 RS	Questão referente à obrigatoriedade ou não da homologação expressa do pedido de parcelamento (PAES) a fim de que seja suspensa a exigibilidade do crédito tributário, com fulcro no artigo 151, VI, do CTN.	0	0	0
403	RESP 1086492 PR	Questão referente à não incidência do imposto sobre a renda em relação à complementação do benefício de pensão recebida de entidades de previdência privada, em razão da morte do participante ou contribuinte do fundo de assistência, considerando-se o disposto no art. 32 da Lei nº 9.250/95, que alterou o art. 6º, VII, "a", da Lei nº 7.713/88.	0	0	0
404	RESP 1116792 PB	Questão referente à legalidade da autuação fiscal do contribuinte que, ao proceder ao simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento próprio (operação que não constitui hipótese de incidência do ICMS), não cumpriu o dever instrumental consistente no transporte dos bens acompanhados de documento fiscal hábil (nota fiscal), tendo em vista o disposto nos artigos 113, §§ 2º e 3º, e 194, do CTN.	0	0	0
405	RESP 1119558 SC	Questão relativa à possibilidade da cessão de créditos atinentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica, instituído em favor das CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A ELETROBRÁS.	2	0	0
407	RESP 1131360 RJ	Questão referente aos índices de correção monetária aplicáveis aos depósitos judiciais.	19	0	0
408	RESP 1152764 CE	Questão referente à incidência ou não do imposto sobre a renda em relação às verbas decorrentes de indenização por dano moral.	0	0	0
409	RESP 1122387 DF	Questão referente à obrigação de a União ressarcir ex-congressistas, sem direito à pensão, em relação às importâncias recolhidas a título de contribuição previdenciária ao Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, extinto pela Lei 9.506/97.	0	0	0

410	RESP 1127564 PR	Questão referente à possibilidade de entidade hospitalar optar pelo SIMPLES, em face da vedação imposta pelo art. 9º, IX, da Lei 9.317/96.	1	0	0
412	RESP 1146194 SC	Questão referente à impossibilidade de declinação <i>ex officio</i> da competência para processar e julgar a ação executiva fiscal.	2	0	0
413	RESP 1149424 BA	Questão relativa à discussão sobre a possibilidade de exclusão, da base de cálculo do IPI, dos descontos incondicionais concedidos pelas fabricantes de bebidas às empresas distribuidoras.	0	0	0
414	RESP 1133027 SP	Questão referente à impossibilidade de revisão judicial da confissão de dívida, efetuada com o escopo de obter parcelamento de débitos tributários, quando o fundamento desse reexame judicial é relativo à situação fática sobre a qual incide a norma tributária.	0	0	0
416	RESP 1148296 SP	Questão referente à necessidade de intimação do agravado para responder ao recurso, nos termos do art. 527, I, do CPC.	0	0	0
417	RESP 1156668 DF	Questão referente à possibilidade ou não de substituição do depósito integral do montante da exação por fiança bancária, sob o enfoque do art. 151 do CTN e do Enunciado Sumular n. 112 desta Corte.	2	1	0
418	RESP 1141667 RS	Questão relativa à incidência da contribuição destinada ao PIS e da COFINS sobre a receita oriunda de atos cooperativos típicos realizados pelas cooperativas, à luz do disposto no artigo 79, parágrafo único, da Lei 5.764/71.	0	0	0
419	RESP 1150159 SP	Termo inicial para contagem do prazo recursal quando a intimação é feita por oficial de justiça ou por carta de ordem, precatória ou rogatória (se da data da juntada aos autos do mandado cumprido ou se da data da própria intimação).	30	0	0
420	RESP 1147191 RS	Aplicação da multa de 10%, prevista no caput do artigo 475-J, do CPC, na hipótese em que o devedor, na fase de cumprimento de sentença ilíquida, efetua o depósito das quantias incontroversas e apresenta garantias referentes aos valores controvertidos, objeto de impugnação.	40	0	0
421	RESP 960239 SC	Questão referente à possibilidade ou não de aplicação das regras da imputação do pagamento, previstas no Código Civil, à compensação tributária, de modo que a amortização da dívida da Fazenda perante o contribuinte, mediante compensação, seja realizada primeiro sobre os juros e, somente após, sobre o principal do crédito.	0	0	0
422	RESP 923012 MG	Questão referente à possibilidade ou não de extensão da responsabilidade tributária da empresa sucessora às multas, moratórias ou de outra espécie, aplicadas à empresa sucedida, e não apenas aos tributos por esta devidos.	1	0	0
423	RESP 1120295 SP	Questão relativa ao termo inicial do prazo prescricional para o exercício da pretensão de cobrança judicial dos créditos tributários declarados pelo contribuinte (mediante DCTF ou GIA, entre outros), mas não pagos.	1	1	0
424	RESP 1122959 SP	Questão referente à legalidade ou não da recusa do fornecimento de Certidão Negativa de Débitos - CND ou Positiva com efeitos de Negativa - CPD-EN ao contribuinte que, na seara administrativa, pleiteou a revisão de lançamento, fundado na alegação de pagamento integral do débito inscrito na dívida ativa, à luz do artigo 13, da Lei 11.051/2004.	0	0	0
426	RESP 1149022 SP	Questão relativa à configuração de denúncia espontânea (artigo 138, do CTN) na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento do fisco), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.	0	0	0
427	RESP 1136940 RS	Questão referente à responsabilidade do contribuinte (sujeito passivo) pelo recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores decorrentes de sentença trabalhista, na hipótese em que a fonte pagadora não procede à retenção e/ou recolhimento do tributo.	0	0	0
430	RESP 1130545 RJ	Questão referente à acórdão regional que considerou que a alteração de dados cadastrais do imóvel não constitui erro de fato apto a ensejar a revisão do lançamento de IPTU, à luz do disposto nos artigos 146 e 149, do CTN.	0	0	0
431	RESP 1129335 SP	Questão relativa à incidência ou não da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores de Créditos e Direitos de natureza Financeira) sobre a conversão de crédito decorrente de empréstimo em investimento externo direto (contrato de câmbio simbólico).	0	0	0
432	RESP 1129430 SP	Questão relativa à responsabilidade tributária dos agentes marítimos representantes de transportadora, no que concerne ao imposto de importação.	0	0	0
433	RESP 1149100 RJ	Questão relativa à legalidade da incidência do imposto de renda, com retenção na fonte pagadora, sobre os ganhos de capital auferidos nos contratos de swap com cobertura hedge, ex vi do disposto no artigo 5º, da Lei 9.779/1999.	0	0	0

434	RESP 1150356 SP	Questão relativa à competência do juízo do inventário (arrolamento sumário) para apreciar pedido de reconhecimento de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos), à luz do disposto no artigo 179, do CTN.	0	1	0
435	RESP 1158766 RJ	Questão referente a consubstanciar uma faculdade do Juiz a reunião de processos contra o mesmo devedor por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do art. 28 da Lei 6.830/80.	0	0	0
439	RESP 1134318 DF	Ocorrência, ou não, de novação de contrato de financiamento de imóvel sob a égide do Sistema Financeiro da Habitação.	0	0	0
440	RESP 957836 SP	Questão referente à possibilidade ou não de, em concurso de credores, o crédito tributário de uma autarquia federal, in casu, o INSS, preferir os créditos da Fazenda Estadual, considerando-se a coexistência de execuções e penhoras, nos termos dos arts. 187, do CTN e 29, da LEF.	0	0	0
441	RESP 1168038 SP	Controvérsia em que se questiona se os arts. 7º e 8º da Lei 8.541/92 que tratam da vedação à dedutibilidade para apuração da base de cálculo do IR - ferem o conceito de renda, bem como as disposições dos arts. 43 a 45, 109 e 110, do CTN.	0	0	0
442	RESP 1168625 MG	Questão referente ao valor que representa 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no artigo 34, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para fins de alçada.	37	5	0
443	RESP 1144687 RS	Questão relativa à possibilidade de expedição de carta precatória de penhora e avaliação para citação do executado e conseqüente determinação de pagamento de custas e despesas com o deslocamento do oficial de justiça estadual, no âmbito de execução fiscal ajuizada na Justiça Federal, à luz dos artigos 42 e 46, da Lei 5.010/66, entre outros.	1	0	0
444	RESP 1116460 SP	Questão referente à não incidência de imposto de renda sobre indenização decorrente de desapropriação, seja por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, porquanto não representa acréscimo patrimonial .	0	0	0
445	RESP 1131476 RS	Questão referente à legitimidade da exigência da prova de ausência da repercussão financeira relativa ao ISS sobre locação de bens móveis, ou a autorização de quem a tenha assumido, nos termos do art. 166 do CTN, para fins de repetição de indébito.	2	1	0
446	RESP 1131872 SC	Questão referente à incidência ou não-incidência do ISS sobre os serviços prestados por empresas franqueadas dos Correios que realizam atividades postais e telemáticas.	0	0	0
447	RESP 1143320 RS	Questão relativa à: (i) possibilidade de o juiz decretar de ofício a extinção do feito "com" resolução de mérito, ao fundamento de que a adesão do devedor à programa de parcelamento caracterizaria renúncia do direito sobre o qual se fundam os embargos à execução; (ii) condenação do embargante ao pagamento de honorários advocatícios, a despeito do encargo legal de 20% previsto no Decreto-Lei 1.025/69.	0	0	0
448	RESP 1143216 RS	Questão relativa à legalidade da exclusão do contribuinte do programa de parcelamento - PAES, tão-somente em virtude da extemporaneidade do cumprimento do requisito da desistência de impugnação administrativa, na hipótese em que houve o deferimento tácito da adesão (não manifestação da autoridade fazendária, no prazo de 90 dias - artigo 4º, III, da Lei 10.684/2003 c/c artigo 11, § 4º, da Lei 10.522/2002) e o efetivo pagamento das prestações mensais estabelecidas.	0	0	0
449	RESP 1143094 SP	Questão reativa à legitidade da recusa do fornecimento, pelo Fisco, de certidão de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Débitos - CND), em virtude da existência, por si só, de apontada irregularidade em Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP's), a despeito da ausência de lançamento de ofício da suposta diferença constatada.	0	0	0
450	RESP 1138205 PR	Questão referente à definição da base de cálculo do ISS incidente sobre a prestação de serviços de agenciamento de mão-de-obra temporária.	1	0	0
455	RESP 1133662 PE	Recursos especiais nos quais se discute a legalidade da cobrança das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, no período de 1984 a 1988, de empresa dedicada a atividades agroindustriais no setor sucro-alcooleiro.	0	0	0
456	RESP 1134186 RS	Cabimento de honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, bem como na sua impugnação.	24	148	48
457	RESP 1133872 PB	Obrigações ou não de a instituição financeira exibir documentos (extratos bancários) comuns às partes.	279	387	8
461	RESP 1127713 SP	Questão relativa à interpretação do art. 6º, parágrafo único, da Lei Complementar 7/1970. Discute-se, no caso, se tal dispositivo refere-se ao prazo para recolhimento do PIS ou à base de cálculo.	0	0	0

464	RESP 1122064 DF	Possibilidade de recolhimento das custas processuais em dia útil posterior, quando o agravo de instrumento tenha sido protocolado após e fim do horário de expediente das agências bancárias.	0	0	0
465	RESP 1166561 RJ	Controvérsia relativa à cobrança de tarifa mínima de água, com base no número de economias, sem considerar o consumo efetivamente registrado no único hidrômetro local.	1	0	0
466	RESP 1141300 MG	Recurso especial cuja controvérsia cinge-se no sentido de decidir se a entrega de carnês de IPTU, diretamente por servidores municipais, violaria a exclusividade da Empresa Nacional de Correios e Telégrafos na prestação do serviço postal.	0	0	0
469	RESP 1109591 SC	Recurso Especial Repetitivo. Alíneas "A" e "C". Previdenciário. Auxílio-acidente. Art.86 da Lei 8.213/91. Possibilidade de concessão do benefício nos casos de perda mínima da capacidade laboral. Processamento nos termos do art. 543-C e da Resolução nº 08/STJ.	0	2	0
470	RESP 1144382 AL	Controvérsia relativa à solidariedade passiva de União, Estados e Municípios, para figurar no pólo passivo de demanda concernente ao fornecimento de medicamentos.	1	0	0
471	RESP 1186513 RS	Questão relativa à sujeição ou não à convocação para a prestação do serviço militar obrigatório dos cidadãos brasileiros formados nas áreas discriminadas pela Lei 5.292/67 (MFDV-Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários), após o término do curso superior, ainda que dispensados da convocação por excesso de contingente quando estudantes. Controvérsia acerca da interpretação e aplicação do caput da referida lei, que permite a convocação, tão-somente ao estudante que obteve o adiamento da incorporação, e seu § 2º, que abrange a prestação do serviço a todos os portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa da Incorporação.	0	0	0
473	RESP 1183546 ES	Questão relativa à oponibilidade do registro do imóvel em face da União para fins de descaracterização do bem como terreno de marinha e consequente afastamento da cobrança de taxa de ocupação.	0	0	0
474	RESP 1189619 PE	Controvérsia na qual se pretende saber se o art. 741, parágrafo único, do CPC, que criou hipótese de inexigibilidade do título judicial, pode ser alegado em embargos à execução propostos pela CEF para excluir percentuais de correção monetária e expurgos inflacionários considerados indevidos pelo STF, por meio de recurso extraordinário, para as contas vinculadas ao FGTS. Em outras palavras, discute-se o acerto, ou não, do acórdão recorrido, segundo o qual o art. 741, parágrafo único, do CPC somente se aplica aos títulos judiciais embasados em dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo por meio de ação direta, excluía a hipótese de manifestação em controle incidental.	0	0	0
475	RESP 1185036 PE	Controvérsia acerca da possibilidade ou não de condenação da Fazenda Nacional em honorários advocatícios, bem como de majoração do seu percentual, nos termos do disposto no art. 20, §§ 3º e 4º do CPC. Hipótese em que o acórdão do TRF da 5ª região deu provimento à apelação da Fazenda Pública para afastar sua condenação em honorários, em razão do acolhimento de exceção de pré-executividade, aplicando o princípio da simetria, reconhecendo não ter havido sucumbência, à mingua de oposição de embargos à execução.	0	1	0
476	RESP 1151363 MG	Recurso Especial Representativo da Controvérsia. Previdenciário. Aposentadoria. Conversão de Tempo de Serviço Especial em Comum. Fator Multiplicador Previsto na Legislação em vigor à época da atividade. Termo Final para Conversão em 28/5/1998. Necessidade de Exposição Permanente e Habitual. Violação dos arts. 57, § 3º, Lei N. 8.213/1991 E 63, I, do Decreto N. 611/1992. Contagem de Tempo de Serviço Posterior à Emenda Constitucional N. 20/1998. Processamento segundo o rito do art. 543-C do CPC e Resolução do STJ N. 8/2008.	1	0	0
477	RESP 1192556 PE	Controvérsia acerca da incidência do Imposto de Renda sobre a parcela denominada "abono de permanência" de trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional 41/2003, em razão de sua natureza, se remuneratória ou indenizatória.	0	0	0
478	RESP 1184765 PA	Controvérsia referente à quebra do sigilo bancário em execução fiscal, por meio do sistema BACEN-JUD, viabilizadora do bloqueio de ativos financeiros do executado (Lei Complementar 105/2001).	654	6	0
479	RESP 1194402 RS	Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Forma de imputação dos pagamentos mensais. Aplicação, na ausência de estipulação contratual em outro sentido, do critério previsto no Código Civil.	0	0	0
482	RESP 1176753 RJ	Questão referente à ilegitimidade da incidência do ICMS sobre serviços suplementares ao serviço de comunicação (atividade-meio), sob pena de violação ao princípio da tipicidade tributária.	0	0	0

483	RESP 1185070 RS	Questão referente à legalidade do repasse aos consumidores do PIS e COFINS nas faturas de fornecimento de energia elétrica, com a consequente devolução dos valores indevidamente cobrados.	5	0	0
486	RESP 1092217 SP	Controvérsia relativa à necessidade de o executado atender ao disposto no artigo 166, do CTN (prova do não repasse do encargo financeiro do tributo ou a existência de autorização do terceiro a quem o encargo financeiro foi transferido), para questionar, em sede de embargos à execução fiscal, o excesso do débito de ICMS constante da CDA.	53	0	0
489	RESP 1119872 RJ	Recurso especial interposto pelo Estado do Rio de Janeiro, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa, no qual aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 458, 535, II, 480, 481, 3º e 267, VI, todos do CPC, além do art. 1º da Lei 1533/51, defende, em síntese, que: a) o acórdão se omitiu em apreciar questões relevantes para o julgamento da controvérsia; b) a arguição de inconstitucionalidade n. 27/2005 versa apenas sobre Decreto n. 27.427/00, deixando de fora da questão a Lei Estadual 2.657/96, que explicita as alíquotas devidas do ICMS no Estado do Rio de Janeiro, a qual deve ser submetida ao órgão Especial; c) o mandamus não pode ser impetrado contra lei em tese; d) inexistente legitimidade passiva do Secretário de Fazenda do Estado, e; e) não há legitimidade ativa do contribuinte de fato para questionar ICMS incidente sobre fornecimento de energia elétrica.	0	0	0
493	RESP 1196777 RS	Recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 4ª Região em execução de verbas remuneratórias reconhecidas por sentença em favor de servidores públicos inativos. O Tribunal de origem entendeu que não cabe a retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 16-A da Lei 10.887/2004, introduzido pela Medida Provisória 449/2008, pois não prevista no título executivo. Sustenta a Fundação Universidade Federal de Rio Grande que o julgado negou vigência ao art. 16-A da Lei 10.887/2004, pois a retenção da contribuição previdenciária decorre dessa norma, sendo desnecessária previsão na sentença exequenda.	0	0	0
494	RESP 1196778 RS	Recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 4ª Região em execução de verbas remuneratórias reconhecidas por sentença em favor de servidores públicos inativos. O Tribunal de origem entendeu que não cabe a retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 16-A da Lei 10.887/2004, introduzido pela Medida Provisória 449/2008, pois não prevista no título executivo. Sustenta a União que o julgado negou vigência ao art. 16-A da Lei 10.887/2004, pois a retenção da contribuição previdenciária decorre dessa norma, sendo desnecessária previsão na sentença exequenda.	0	0	0
495	RESP 993164 MG	Questão referente à legalidade da Instrução Normativa 23/97 que restringiu o direito ao crédito presumido do IPI às pessoas jurídicas efetivamente sujeitas à incidência da contribuição destinada ao PIS/PASEP e da COFINS, à luz do disposto na Lei 9.363/96.	0	0	0
504	RESP 1199715 RJ	Se seriam, ou não, devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública.	13	0	0
513	RESP 1198108 RJ	A legitimidade da aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC, ao fundamento da necessidade de esgotamento de instância para fins de acesso às Cortes Superiores.	130	0	1
514	RESP 1201850 PE	Controvérsia relativa ao lançamento complementar pela Fazenda Nacional do Imposto de Renda relativo ao ano-base de 1989, exercício de 1990, calculado sobre o lucro da exploração de empresa que fez opção pelo incentivo fiscal, em vigor no ano de 1989, da redução por reinvestimento de que trata o Decreto-lei 2.462/88, por se encontrar na área de atuação da SUDENE. Alega a Fazenda Nacional que o lançamento complementar foi calcado na legislação vigente segundo a qual na utilização do incentivo fiscal (depósito para reinvestimento) teria de ser observado, além do limite de 40% (quarenta por cento) do imposto devido, também o limite de 40% (quarenta por cento) do imposto calculado sobre o lucro da exploração.	0	0	0
516	RESP 1114398 PR	Nas ações de indenização ajuizadas contra a Petrobras em virtude de vazamento de óleo combustível e a consequente proibição de pesca nos rios e baías de Antonina e Paranaguá/PR: 1) ilegitimidade ativa ad causam; 2) cerceamento de defesa; 3) caracterização do evento como caso fortuito ou força maior; 4) inexistência de dano moral; 5) termo inicial da incidência dos juros moratórios para a reparação a título de danos morais; e 6) distribuição do ônus da sucumbência de forma recíproca.	7	21	11
517	RESP 1110903 PR	Forma de amortização do saldo devedor do sistema financeiro da habitação (art.6º, C, da Lei 4.380/64).	1	26	3

520	RESP 1145353 PR	Possibilidade de levantamento do depósito judicial, em execução provisória oriunda de ação de indenização por danos morais e materiais, no valor não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, sem a prestação de caução. Interpretação do art. 475-O, III e § 2º, I, do CPC.	4	2	0
521	RESP 1201993 SP	Prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica	1.077	0	0
522	RESP 1176264 RJ	Recurso Especial repetitivo. Execução Penal. Saídas temporárias. Limitação da quantidade de dias. Processamento nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 08/STJ.	0	0	0
523	RESP 1166251 RJ	Recurso especial repetitivo. Execução penal. Saídas temporárias. Limitação da quantidade de dias. Processamento nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 08/STJ.	0	0	0
524	RESP 1111566 DF	Recurso Especial Repetitivo art. 105, III alínea a da CF. Direito Penal. Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool (art. 306 do CTB). Lei 11.705/08. Constatação de embriaguez por outro meio idôneo que não o etilômetro. Processamento do presente recurso nos termos do art. 543-c do CPC e da Resolução nº 08/STJ. RT 543-c do CPC e da Resolução nº08/STJ.	0	1	0
530	RESP 1218512 DF	Controvérsia relativa à possibilidade de se estender a servidores inativos e pensionistas a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica-GDAJ, instituída pela Medida Provisória nº 2.048/00 (substituída pela Medida Provisória 2.229-43/01) paga a servidores em atividade, tendo em vista o questionamento sobre sua natureza, se genérica ou pro labore faciendo/propter laborem.	0	0	0
532	RESP 1117614 PR	Verificação da incidência da regra prevista no art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, à ação de prestação de contas ajuizada pelo cliente de instituição financeira, visando a obter esclarecimentos acerca de lançamentos realizados em conta corrente de sua titularidade, os quais reputa indevidos.	2	0	0
533	RESP 1218508 MG	Processual Civil. Recurso Especial. Honorários advocatícios. Pagamento. Repartição. Art. 6º, § 2º, da Lei 9.469/97, incluído pela Medida Provisória nº 2.226/01.	0	0	0
534	RESP 1150579 SC	Controvérsia acerca da majoração da taxa de ocupação de terreno de marinha pela revisão dos valores dos imóveis promovida pela SPU.	0	0	0
535	RESP 1217076 SP	Recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em sede de execução da obrigação de reajuste da remuneração dos servidores públicos municipais, a partir de fevereiro/1995, em conformidade com as Leis Municipais 10.668/88 e 10.722/89, decidiu que não há falar em violação à coisa julgada na aplicação da Lei Municipal 12.397/97, motivo pelo qual manteve a decisão que declarara cumprida tal obrigação.	283	8	0
536	RESP 1114406 SP	Controvérsia relativa à impossibilidade de a empresa arrendante de veículo ser responsabilizada por valores cobrados pela municipalidade, relativos à remoção, guarda e conservação de veículo apreendido em decorrência do cometimento de infrações pelo arrendatário, tendo em vista a posterior retomada da posse do bem ante a efetivação de sua busca e apreensão pelo arrendante.	2	0	0
537	RESP 1200492 RS	Questão relativa à incidência ou não da contribuição social destinada ao PIS e da COFINS sobre juros sobre capital próprio, à luz das Leis 10.637/02 e 10.833/2003 (regime não cumulativo de tributação), bem como dos Decretos 5.164/2004 e 5.442/2005.	0	0	0
538	RESP 1104184 RS	Questão relativa à incidência ou não da contribuição social destinada ao PIS sobre juros sobre capital próprio, à luz da Lei 9.718/98 (regime cumulativo de tributação).	0	0	0
539	RESP 1208935 AM	Questão referente à análise do método para a aferição do valor de débito consolidado do contribuinte com a União, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), previsto no art. 14, da Lei n. 11.941/2009, para fins da concessão da remissão ali prevista.	0	0	0
542	RESP 1110541 PB	Possibilidade de o credor de mútuo hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação cobrar eventual saldo remanescente da dívida após a adjudicação do imóvel dado em garantia	2	0	0
543	RESP 1102479 RJ	Possibilidade de a parte autora interpor recurso adesivo de decisão que, em pedido de indenização por danos morais, fixa o valor da condenação em patamar inferior ao pleiteado.	4	0	0
544	RESP 1167146 PE	Legalidade ou não da cobrança das taxas de administração e de risco de crédito previstas em contratos de financiamento imobiliário com recursos oriundos do FGTS.	0	0	0
545	RESP 1194490 PR	Prazo de prescrição para que o mutuário de contrato habitacional requeira a cobertura securitária (incidência da regra específica do art. 206, § 1º, inciso II, letra "b" ou da regra geral do art. 205, ambas do Código Civil).	36	0	0

546	RESP 1102467 RJ	O recurso versa sobre a juntada, no momento da interposição do agravo de instrumento previsto no artigo 522 do Código de Processo Civil, de peças necessárias à compreensão da controvérsia (art. 525, II, do CPC).	123	0	25
549	RESP 1159154 RN	Questão relativa à possibilidade de compensação dos honorários advocatícios quando reconhecida a sucumbência recíproca, ainda que uma das partes litigantes seja beneficiária da justiça gratuita.	0	0	0
551	RESP 1063474 RS	Responsabilidade da instituição financeira que, recebendo o título por endosso-mandato, leva-o indevidamente a protesto.	50	48	1
552	RESP 1213256 RS	Responsabilidade da instituição financeira que, recebendo o título por endosso translativo, leva-o indevidamente a protesto.	1	71	1
553	RESP 1197929 PR	Responsabilidade civil de fornecedores de serviços ou produtos, por inclusão indevida do nome de consumidores em cadastros de proteção ao crédito, em decorrência de fraude praticada por terceiros.	12	99	1
554	RESP 1199782 PR	Responsabilidade civil de fornecedores de serviços ou produtos, por inclusão indevida do nome de consumidores em cadastros de proteção ao crédito, em decorrência de fraude praticada por terceiros.	1	0	0
555	RESP 1120620 RJ	Cumprimento de sentença proferida em ação indenizatória ajuizada em face da Flumitrens. Alegada ilegitimidade passiva "ad causam" da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S/A.	0	0	0
556	RESP 925130 SP	Possibilidade de condenação solidária de seguradora que foi litisdenunciada pelo segurado, causador de danos a terceiros, em ação de indenização por este ajuizada.	15	1	0
557	RESP 1227133 RS	Recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista.	0	0	0
558	RESP 962230 RS	Possibilidade de a vítima de sinistro ajuizar ação indenizatória diretamente contra a seguradora do pretense causador do dano, ainda que não tenha feito parte do contrato de seguro.	10	0	0
559	RESP 1185583 SP	Questão relativa à necessidade da prévia avaliação do imóvel para apuração do valor da justa indenização objetivando a concessão de imissão provisória em ação de desapropriação por utilidade pública em caráter e regime de urgência.	14	30	0
560	RESP 1211676 RN	Recurso especial interposto pela UNIÃO ao acórdão do TRF da 5ª Região, assim ementado: Previdenciário. Processual Civil. Complementação da pensão de ex-ferroviário. Legitimidade passiva da União e do INSS. Extinção da RFFSA. Ex-ferroviário admitido pela RFFSA antes de 31/10/1969. Equiparação aos proventos da aposentadoria. Possibilidade. Aplicação da Lei nº 8.186/91. Exclusão da taxa SELIC nos cálculos dos juros de mora. Apelações parcialmente providas.	0	0	0
564	RESP 1154730 PE	A aplicação extensiva do óbice da Súmula 247/STJ aos contratos de mútuo imobiliário.	3	0	0
565	RESP 1235513 AL	Controvérsia na qual se pretende saber se, julgados procedentes em parte os embargos à execução para autorizar o reajuste de 28,86% nos vencimentos dos servidores públicos, a compensação do montante obtido com aumentos concedidos administrativamente, sem qualquer previsão no título executivo judicial, viola ou não a coisa julgada.	0	0	0
566	RESP 1244632 CE	Controvérsia na qual se pretende saber se ao servidor aposentado do extinto DNER, que passou a integrar os quadros do Ministério dos Transportes, deve ou não ser assegurada a extensão do reajuste remuneratório previsto na Lei 11.171/05 para os servidores ativos do DNIT.	0	0	0
567	RESP 1230957 RS	Questões postas: 1) Recurso especial da Fazenda Nacional: discussão acerca da incidência da contribuição previdenciária (a cargo da empresa) sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado e terço constitucional de férias, e sobre a importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença, no contexto do Regime Geral da Previdência Social; 2) Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA: discussão sobre a incidência da contribuição previdenciária (a cargo da empresa) sobre os valores pagos a título de terço constitucional de férias (gozadas), salário maternidade e salário paternidade.	0	0	0
568	RESP 1243887 PR	Foro competente para a liquidação individual de sentença proferida em ação civil pública.	51	12	0
569	RESP 1247150 PR	Foro competente para a liquidação individual de sentença proferida em ação civil pública.	0	0	0
570	RESP 1110906 SP	Questão relativa à necessidade, ou não, nos termos da legislação vigente, da atuação de farmacêutico em dispensário de medicamentos, mantido por clínica e/ou unidades hospitalares.	3	0	0

571	RESP 1213082 PR	Discussão sobre a possibilidade de retenção de valor a ser restituído/ressarcido quando o contribuinte manifesta a sua discordância em procedimento de compensação de ofício previsto no art. 73, da Lei n. 9.430/96 e art. 7º, do Decreto-Lei nº 2.287/86.	0	0	0
572	RESP 1251513 PR	Questões relativas à: a) Possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado; b) Discussão sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros SELIC incidentes sobre o valor depositado.	1	0	0
573	RESP 1205946 SP	Possibilidade de aplicação imediata da Lei 11.960/09, que veio alterar o critério de cálculo dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, às ações ajuizadas antes de sua vigência.	7.639	26	0
574	RESP 1179057 AL	Hospital conveniado ao SUS. Tabelas de preços. Fator de conversão em URV. Plano Real. Competência. Prescrição.	0	0	0
575	RESP 1255433 SE	Controvérsia em que se discute a exigibilidade da contribuição para o SESC e SENAC por empresa prestadora de serviços educacionais.	0	0	0
576	RESP 1145358 PR	Possibilidade, em execução provisória em ação de indenização por danos morais e materiais, de levantamento do depósito judicial, no valor não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, sem a prestação de caução, nos termos do art. 475-O, III, e § 2º, I, do CPC (situação de necessidade e créditos de natureza alimentar ou decorrentes de ato ilícito), mesmo havendo o risco de irreversibilidade da medida.	2	0	0
577	RESP 1133869 PB	Legitimidade do representante da Caixa Seguradora figurar no polo passivo de mandado de segurança em que se discute o indeferimento da cobertura securitária nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação e termo inicial do prazo decadencial para a impetração do mandamus, nestes casos.	0	0	0
579	RESP 1114604 PR	Aplicação do artigo 42 do Decreto nº 70.951/72 quanto ao limite do percentual da taxa de administração cobrado pelas administradoras de consórcio.	2	1	5
580	RESP 1114606 PR	Aplicação do artigo 42 do Decreto nº 70.951/72 quanto ao limite do percentual da taxa de administração cobrado pelas administradoras de consórcio.	0	0	0
581	RESP 1099212 RJ	Obrigação do arrendador devolver as quantias pagas antecipadamente a título de Valor Residual Garantido - VRG, nos casos em que o produto objeto do leasing for apreendido.	58	0	0
582	RESP 1239203 PR	Controvérsia acerca da possibilidade de incidência da contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS sobre os juros de mora recebidos através de requisitório judicial.	0	0	0
583	RESP 1258303 PB	Controvérsia referente ao valor da Gratificação Eleitoral paga aos servidores requisitados, exercentes das funções comissionadas de Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais, se em montante correspondente apenas ao "valor-base" ou a sua integralidade. Leis 8.868/1994, 9.421/1996 e 10.745/2002. Resolução nº 19.784/97 e Portaria nº 158/2002 do TSE.	0	0	0
584	RESP 1261020 CE	Administrativo. Servidor público federal. Exercício de função comissionada. Incorporação de "quintos". Leis nº 9.527/97 e 9.624/98, arts. 3º e 10 Lei 8.911/94 e Medida Provisória 2.225-45/2001 que incluiu o art. 62-A na lei 8.112/90. Controvérsia em que se discute se houve, até a data da aludida MP, o restabelecimento do instituto da incorporação/atualização da vantagem de décimos/quintos ou somente a mera transformação em VPNI das referidas parcelas incorporadas à remuneração do servidor.	1	0	0
586	RESP 1256976 PE	Administrativo. Militar licenciado ex officio. Interesse da administração. Direito à indenização de transporte. Controvérsia na qual se pretende saber se o militar temporário, licenciado ex officio por conveniência das Forças Armadas, faz jus à percepção da referida indenização.	0	0	0
587	RESP 1138695 SC	Processo Civil. Tributário. Base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Discussão sobre a exclusão dos juros SELIC incidentes quando da devolução de valores em depósito judicial feito na forma da Lei nº 9.703/98 e quando da repetição de indébito tributário.	0	0	0
588	RESP 1252412 RN	Execução de sentença. Arbitramento de honorários sucumbenciais referentes à fase executória do julgado, após a promoção do ato citatório. Preclusão.	2	0	0
589	RESP 1250739 PA	Impossibilidade da cumulação da multa aplicada em razão do caráter protelatório dos embargos declaratórios com a imposição de indenização decorrente do reconhecimento da litigância de má-fé.	20	0	0

590	RESP 1268324 PA	Recurso Especial interposto em face de acórdão do TJ do Estado do Pará que, nos autos de execução fiscal, em sede de apelação, entendeu que: 1) o art. 38 da LC 73/93 e o art. 6º da Lei 9.028/95, no que se refere à prerrogativa de intimação pessoal, não são aplicáveis aos procuradores municipais; 2) o art. 25 da lei 6.830/80 não é aplicável no âmbito dos Tribunais, ou seja, apenas "regulamenta a instrução das ações de execução fiscais em processo de conhecimento tramitando em primeira instância". Controvérsia que tem como questão central a tese no sentido de que é necessária a intimação do representante da Fazenda Pública nos autos de execução fiscal, inclusive no segundo grau de jurisdição.	1	0	0
591	RESP 1261888 RS	Questão referente à possibilidade de a concessionária de energia elétrica promover cumprimento de sentença declaratória de débito nos próprios autos em que julgado (in)exigível o custo administrativo de 30% referente a cálculo de recuperação de consumo.	0	0	0
592	RESP 1253844 SC	Controvérsia em que se discute o pagamento pelo Ministério Público de despesas relativas à produção de prova em demanda coletiva, na forma do art. 18 da Lei n. 7.347/85.	1	0	0
593	RESP 1177973 DF	Assunto: em sede de ação de cobrança de diferenças de correção monetária incidentes sobre valores recolhidos a fundo de previdência privada, (i) cabimento dos expurgos inflacionários; (ii) utilização do IPC como fator de atualização das parcelas restituídas a título de reserva de poupança; (iii) possibilidade de aplicação de aplicação dos índices de correção do FGTS.	23	0	0
594	RESP 1183474 DF	Assunto: Em sede de ação de cobrança de diferenças de correção monetária incidentes sobre valores recolhidos a fundo de previdência privada, (i) validade da quitação dos expurgos inflacionários, por instrumento de transação; (ii) cabimento dos expurgos inflacionários; (iii) utilização do IPC como fator de atualização das parcelas restituídas a título de reserva de poupança.	0	0	0
595	RESP 1273643 PR	Saber se o prazo de prescrição das execuções individuais de julgamento de ações coletivas é o mesmo prazo prescricional destas, ou seja, cinco anos.	1	0	0
596	RESP 1244914 DF	Questão referente à possibilidade ou não de alteração dos valores dos "quintos" incorporados durante a vigência da Lei n. 7.596/87, em decorrência do exercício das Funções Comissionadas e Gratificadas estabelecidas pela Portaria n. 474/MEC, para os patamares estabelecidos pela Lei n. 8.168/91.	1	0	0
597	RESP 1254456 PE	Dicussão acerca do termo a quo da prescrição do direito de pleitear indenização referente à licença-prêmio não gozada.	2	0	0
598	RESP 1210064 SP	Responsabilidade civil da concessionária de transporte ferroviário, por morte decorrente de atropelamento por trem, diante da existência ou não de culpa concorrente.	23	3	1
600	RESP 1172421 SP	Responsabilidade civil da concessionária de transporte ferroviário, por morte decorrente de atropelamento em via férrea, em virtude de alegada culpa concorrente.	1	0	0
601	RESP 1269570 MG	Processual Civil. Tributário. Discussão sobre o prazo prescricional para a repetição de indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação (interpretação do art. 3º, da LC 118/2005) após o posicionamento do STF no RE Nº 566.621/RS, julgado com repercussão geral.	6	0	0
603	RESP 1103224 MG	Assunto: Discussão sobre o prazo prescricional da ação de cobrança relativa aos expurgos inflacionários incidente sobre o saldo de poupança manejada contra a MINASCAIXA, que foi sucedida pelo Estado de Minas Gerais: se quinquenal, consoante previsão do Decreto nº 20.910/32 que disciplina a prescrição contra a Fazenda Pública, ou se vintenária, nos termos da legislação civil.	2	0	0
604	RESP 1103769 MG	Assunto: Discussão sobre o prazo prescricional da ação de cobrança relativa aos expurgos inflacionários incidente sobre o saldo de poupança manejada contra a MINASCAIXA, que foi sucedida pelo Estado de Minas Gerais: se quinquenal, consoante previsão do Decreto nº 20.910/32 que disciplina a prescrição contra a Fazenda Pública, ou se vintenária, nos termos da legislação civil.	0	0	0
606	RESP 1259495 SE	Assunto: Discussão acerca da existência de litisconsórcio passivo necessário da Caixa Econômica Federal e da Seguradora (SASSE) em demanda na qual se discute a utilização de cobertura securitária para fins de quitação do contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do sistema financeiro de habitação, em virtude de aposentadoria por invalidez do mutuário.	0	0	0
607	RESP 1160638 PE	Assunto: Discussão a respeito da ilegalidade de cláusula de eleição de foro constante de contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do sistema financeiro de habitação, em virtude da incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor ou da aplicação da Súmula nº 335/STF, nos termos do art. 78 do Código Civil, determinando a observância da cláusula avençada.	0	0	0

608	RESP 1150429 CE	Legitimidade do adquirente de imóvel por meio de "contrato de gaveta" para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira"	13	0	0
609	RESP 1267995 PB	Processual Civil. Pedido de desistência da ação após prazo para contestação. Consentimento da autarquia. Condicionamento à renúncia ao direito sobre que se funda a ação. Art. 3º da Lei 9.469/97.	0	0	0
610	RESP 1260546 BA	Controvérsia na qual se discute a incidência da prescrição trienal, prevista no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, e artigo 10 do Decreto n. 20.910/1932, nos casos de devolução das deduções efetuadas pela União nas cotas do FUNDEF dos Municípios, anteriormente repassadas a maior, a título de ajustes de valores regulamentados pelo Ministério da Fazenda por meio de portarias.	0	0	0
611	RESP 1291736 PR	"Possibilidade de fixação de honorários advocatícios em execução provisória (cumprimento de sentença)."	33	0	0
612	RESP 1293605 PR	"Possibilidade de fixação de honorários advocatícios em execução provisória (cumprimento de sentença)."	0	0	0
613	RESP 1272827 PE	Processual Civil. Tributário. Aplicabilidade do art. 739-A, §1º, do CPC. Análise do juiz a respeito de ocorrência de grave dano de difícil ou incerta reparação para a concessão de efeito suspensivo aos embargos do devedor opostos em execução fiscal.	23	0	0
614	RESP 1298407 DF	Processual Civil. Tributário. Imposto de Renda da Pessoa Física. Embargos à Execução movida contra a Fazenda Pública. Valor probatório (presunção de veracidade) das planilhas produzidas pela Secretaria da Receita Federal e apresentadas em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para demonstrar a ausência de dedução de quantia retida na fonte e já restituída por conta da declaração de ajuste anual.	0	0	0
615	RESP 1293558 PR	Existência de interesse de agir do consumidor para propor ação de prestação de contas, a fim de obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito, assim também no tocante a certificação quanto à correção dos valores lançados e também apuração de eventual crédito a seu favor.	34	0	0
616	RESP 1293689 PR	Existência de interesse de agir do consumidor para propor ação de prestação de contas, a fim de obter esclarecimentos a respeito da evolução do débito, assim também no tocante a certificação quanto à correção dos valores lançados e também apuração de eventual crédito a seu favor.	0	0	0
617	RESP 1270439 PR	Controvérsia em torno do prazo prescricional para se postular a incorporação de quintos (ou décimos) entre abril de 1998 e setembro de 2001.	0	0	0
618	RESP 1217234 PB	Recurso interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, no qual se discutiu acerca da auto-executoriedade de ato administrativo emanado pela autarquia ambiental que determina o embargo de obra irregular e sua respectiva demolição, a afastar a autuação do Judiciário.	0	0	0
619	RESP 1235982 RN	Questão em que se discute a incidência do reajuste de 28,86% sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação – GEFA, tendo em vista se tratar de parcela remuneratória que tem por base de cálculo o vencimento básico do servidor.	0	0	0
620	RESP 1184570 MG	Validade de notificação extrajudicial realizada por Cartório de Títulos e Documentos de Comarca diversa da do domicílio do devedor.	0	8	0
621	RESP 1244182 PB	Discussão acerca da possibilidade de devolução ao Erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração.	0	0	0
622	RESP 1304479 SP	Questão relativa à repercussão de atividade urbana do cônjuge na pretensão de configuração jurídica de trabalhador rural previsto no art. 143 da Lei 8.213/1991.	0	0	0
623	RESP 1306113 SC	Possibilidade de configuração do trabalho exposto ao agente perigoso eletrificação, exercido após a vigência do Decreto 2.172/1997, como atividade especial, para fins do artigo 57 da Lei 8.213/1991.	0	0	0
624	RESP 1173062 AL	Recurso especial interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF, em que se discute (i) a legitimidade para integrar a lide na qual se postula a anulação da Notificação para Depósito de Fundo de Garantia - NDFG's, com a consequente desconstituição da inscrição em dívida ativa, e (ii) a necessidade de discriminação no processo administrativo dos empregados em favor dos quais será revertido o FGTS.	0	0	0
626	RESP 1306393 DF	Questão relativa à isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos por técnicos a serviço das Nações Unidas, contratados no Brasil para atuar como consultores no âmbito do PNUD/ONU.	0	0	0
628	RESP 1262933 RJ	Necessidade da intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença, "antes do que não poderá incidir a multa de 10% sobre o valor da execução".	1	0	0

629	RESP 1299303 SC	Discussão acerca da legitimidade do consumidor para propor ação declaratória cumulada com repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada.	0	0	0
630	RESP 1257665 CE	Questão relativa à ajuda de custo a servidores públicos, prevista no art. 51, I, da Lei 8.112/1990, e a legalidade da limitação temporal a sua concessão quando fixada em norma regulamentadora (art. 7º, Resolução CJF 461/2005, art. 101 da Resolução CJF 4/2008 ou norma superveniente de igual conteúdo).	0	0	0
639	RESP 1207071 RJ	A questão controvertida do RESP ora afetado trata: 1) da competência para processar e julgar litígio instaurado entre entidade fechada de previdência privada e participante de seu plano de benefícios; 2) da incorporação aos proventos de complementação de aposentadoria da parcela denominada cesta-alimentação, concedida aos empregados em atividade mediante convenção coletiva de trabalho.	416	0	0
642	RESP 1201635 MG	Recurso especial em que se discute a possibilidade de creditamento do ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada na prestação de serviços de telecomunicações.	2	0	0
644	RESP 1246432 RS	Discussão acerca do pagamento gradativo da indenização securitária do seguro DPVAT proporcionalmente ao grau da lesão apurada, na hipótese de invalidez parcial.	31	0	0
645	RESP 1235228 SE	Recurso especial em que se discute o direito à reincorporação da gratificação de horas-extras, no percentual de 50% (cinquenta por cento), desde a vigência da Lei n. 8.270/1991, no respectivo vencimento-base.	0	0	0
646	RESP 1309529 PR	Tese relativa à aplicação da decadência prevista no art. 103 da Lei 8.231/1991, com redação daa pela MP 1.523/1997, sobre o direito do segurado de revisar benefício concedido antes da publicação deste último preceito legal.	0	0	0
647	RESP 1205277 PB	Recurso especial em que se questiona a aplicação do prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32 em demanda promovida por titulares de contas vinculadas ao PIS/PASEP em face da União, pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária expurgos inflacionários no saldo das referidas contas.	0	0	0
648	RESP 1310034 PR	Tese relativa à possibilidade de conversão de tempo de serviço especial em comum, e vice-versa, no período anterior à vigência da Lei 6.887/1980, que alterou a Lei 5.890/1973 (art. 9º, § 4º).	0	0	0
649	RESP 1318315 AL	Recurso especial, interposto nos autos de embargos à execução de sentença, que reconheceu o direito dos Auditores Fiscais da Receita Federal à percepção do reajuste de 28,86%, no qual se questionam: (i) a impossibilidade de compensação do reajuste de 28,86% com outros títulos de natureza diversa do reajuste previsto pelas Leis 8.622 e 8.627/93, sob pena de ofensa à coisa julgada; (ii) a incidência do mencionado percentual sobre a Retribuição de Adicional Variável - RAV, devida aos Auditores Fiscais posicionados no último padrão de vencimento quando da edição da Lei 8.627/93; (iii) a fixação como limite temporal à incidência do reajuste de 28,86% da vigência da Medida Provisória n. 1.915/99; e (iv) a necessidade de homologação judicial para validar os acordos extrajudiciais celebrados para percepção das vantagens, na forma do art. 7º da Medida Provisória n. 2.169/2001.	0	0	0
650	RESP 1322624 SC	Legitimidade passiva da BRASIL TELECOM S/A para responder pelas ações não subscritas da Telecomunicações Santa Catarina - Telesc.	0	0	0
652	RESP 1112864 MG	"Possibilidade de prorrogação do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória quando o termo final recair em fim de semana ou feriado."	0	0	0
653	RESP 1251993 PR	Recurso cujo tema central refere-se ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública.	2	0	0
671	RESP 1321493 PR	Possibilidade de admitir prova exclusivamente testemunhal (art. 55, § 3º, da Lei 8.213/1991) para configurar tempo de serviço rural para fins previdenciários no caso do trabalhador denominado 'boia-fria'.	0	0	0
672	RESP 1296673 MG	Possibilidade de cumular auxílio-acidente com aposentadoria, diante do art. 86, § 3º, da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Medida Provisória 1.596-14/97 (D.O.U. 11.11.1997), posteriormente convertida na Lei n. 9.528/97.	965	7	0
676	RESP 1331273 DF	Recurso Especial em que se questiona o critério legal para fixação dos honorários advocatícios devidos pela Caixa Econômica Federal nas causas em que é condenada a proceder à correção monetária de contas vinculadas ao FGTS.	0	0	0
677	RESP 1161522 AL	Faculdade ou obrigatoriedade de a instituição financeira promover o arrendamento imobiliário especial previsto no art. 38, caput e § 2º da Lei nº 10.150/2000.	0	0	0
678	RESP 1197564 SC	Prazo de prescrição da pretensão de restituição de valores pagos para o custeio de extensão de rede de energia elétrica.	5	0	0
679	RESP 1249321 RS	Prazo de prescrição da pretensão de restituição de valores pagos para o custeio de extensão de rede de energia elétrica.	0	0	0

680	RESP 1193194 MG	Recurso Especial. Furto qualificado pelo concurso de agentes. Compatibilidade com a modalidade privilegiada prevista no art. 155, § 2º, do CP.	0	0	0
681	RESP 1193932 MG	Recurso Especial. Furto qualificado pelo concurso de agentes. Compatibilidade com a modalidade privilegiada prevista no art. 155, § 2º, do CP.	0	0	0
682	RESP 1193558 MG	Recurso Especial. Furto qualificado pelo concurso de agentes. Compatibilidade com a modalidade privilegiada prevista no art. 155, § 2º, do CP.	0	0	0
683	RESP 1193554 MG	Recurso Especial. Furto qualificado pelo concurso de agentes. Compatibilidade com a modalidade privilegiada prevista no art. 155, § 2º, do CP.	0	0	0
684	RESP 1230532 DF	Recurso especial. Direito Administrativo. Servidor público federal do Poder Executivo. Incorporação de quintos. Função comissionada exercida no Poder Judiciário. Alegação de que a incorporação deve ser feita com base nos valores estabelecidos para função equivalente no poder cedente.	0	0	0
685	RESP 1334488 SC	Questão relativa à possibilidade de renunciar à aposentadoria concedida (desaposentação) no Regime Geral de Previdência Social e necessidade de devolução dos valores recebidos pelo segurado para novo e posterior jubileamento.	0	0	0
686	RESP 1094571 SP	Discussão acerca de "não haver necessidade de descrição da <i>causa debendi</i> para ajuizamento de ação monitória embasada em cheque prescrito".	11	0	0
687	RESP 1339313	Recurso especial interposto pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em que se discute, a legalidade da cobrança da tarifa de esgoto e o respectivo prazo de prescrição para a ação de repetição do indébito.	4	0	0
688	RESP 1340553 RS	Processual Civil. Tributário. Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (LEI nº 6.830/80). No caso concreto, pretende-se saber: a) Qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, §2º, da LEF; b) Se o prazo de 1 (um) ano de suspensão somado aos outros 5 (cinco) anos de arquivamento pode ser contado em 6 (seis) anos por inteiro para fins de decretar a prescrição intercorrente; c) Quais são os obstáculos ao curso do prazo prescricional da prescrição prevista no art. 40, da LEF e d) Se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina a suspensão da execução fiscal (art. 40, §1º), ou o arquivamento (art. 40, §2º), ou para sua manifestação antes da decisão que decreta a prescrição intercorrente (art. 40, §4º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	20	0	0
689	RESP 1124552 RS	Indagação sobre se a existência/inexistência de juros capitalizados em contratos que utilizam a Tabela Price é matéria de fato – e por isso demandaria a realização de provas – ou exclusivamente jurídica, dispensada a dilação probatória.	2	0	0
690	RESP 1175089 MG	Alcance da hipoteca constituída pela construtora em benefício do agente financeiro, como garantia do financiamento do empreendimento, precisamente se o gravame prevalece em relação aos adquirentes das unidades habitacionais.	2	0	0
691	RESP 1220934 RS	Discussão acerca do prazo prescricional para a pretensão de cobrança dos valores pagos pelo consumidor a título de contribuição para a construção das chamadas Plantas Comunitárias de Telefonia.	2	0	0
692	RESP 1225166 RS	Discussão acerca do prazo prescricional para a pretensão de cobrança dos valores pagos pelo consumidor a título de contribuição para a construção das chamadas Plantas Comunitárias de Telefonia.	0	0	0
693	RESP 1243646 PR	Pretensão de restituição dos valores pagos para o custeio de extensão de rede de energia elétrica.	1	0	0
694	RESP 1291575 PR	Força executiva da Cédula de Crédito Bancário, título de crédito disciplinado pela Lei n. 10.931/2004	2	0	0
695	RESP 1300418 SC	Forma de devolução dos valores devidos ao promitente comprador (se imediatamente ou somente ao término da obra) em razão da rescisão do contrato de promessa de compra e venda de imóvel.	4	0	0
705	RESP 1337790 PR	Controvérsia na qual se pretende saber se a parte executada, ainda que não apresente elementos concretos que justifiquem a incidência do princípio da menor onerosidade (art. 620 do CPC), possui direito subjetivo à aceitação do bem por ela nomeado à penhora em Execução Fiscal, em desacordo com a ordem prevista nos arts. 11 da lei 6.830/1980 e 655 do CPC.	94	0	0
706	RESP 1305472 RN	Recurso especial. Administrativo. Servidor Público. Execução em mandado de segurança. Pagamento de parcelas vencidas entre a impetração e o trânsito em julgado.	0	0	0

707	RESP 1330473 SP	Controvérsia relativa à prerrogativa de o procurador de Conselho de Fiscalização ser intimado pessoalmente nos autos de execução fiscal, nos termos do art. 25 da Lei 6.830/80 (fls. 134/135e).	0	0	0
708	RESP 1331270 DF	Processual civil. Atualização dos saldos de contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Honorários advocatícios. Aplicação da medida provisória nº 2.164-40, de 27.07.2001. art. 29-C da Lei nº 8.036/1990. Inconstitucionalidade. Embargos infringentes. Provisamento.	0	0	0
709	RESP 1110520 SP	Recurso Especial. Penal e Processo Penal. Estupro e atentado violento ao pudor na forma simples. Caracterização da natureza hedionda.	0	7	0
711	RESP 1343065 PR	Processual Civil. Administrativo. Servidor Público Federal. Lei nº 11.907/09. Plano Especial de Cargos e Salários do Ministério da Fazenda. Gratificação de Atividade Executiva - GAE. Incorporação ao vencimento básico.	0	0	0
712	RESP 1345021 CE	Questão relativa à violação dos dispositivos de lei que disciplinam os requisitos da CDA.	7	0	0
713	RESP 1114150 PR	Recurso Especial Repetitivo. Representativo de controvérsia. Direito Processual Penal. Prisão em flagrante. Liberdade Provisória. Tráfico ilícito de drogas. Art. 44 da Lei n.º 11.343/2006.	0	0	0
714	RESP 1114418 PR	Recurso Especial Repetitivo. Representativo de controvérsia. Direito Processual Penal. Prisão em flagrante. Liberdade Provisória. Tráfico ilícito de drogas. Art. 44 da Lei n.º 11.343/2006.	0	0	0
715	RESP 1114244 PR	Recurso Especial Repetitivo. Representativo de controvérsia. Direito Processual Penal. Prisão em flagrante. Liberdade Provisória. Tráfico ilícito de drogas. Art. 44 da Lei n.º 11.343/2006.	0	0	0
716	RESP 1112411 PE	Possibilidade, ou não, de propositura de ação monitória para cobrança de valores decorrentes de contrato de mútuo habitacional, ante o alegado rito próprio de execução judicial de tais créditos previsto na Lei nº 5.741/71.	0	0	0
720	RESP 1343844 RS	Questão referente à possibilidade de incorporação da Gratificação de Atividade - GAE (Lei Delegada nº 13/1992) ao vencimento básico dos servidores enquadrados no PECFAZ - Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, consoante dispõe a Lei nº 11.907/2009.	0	0	0
721	RESP 1344771 PR	Questão em que discute, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a competência para o julgamento de demandas referentes à existência de obstáculo à obtenção do diploma, após a conclusão de curso de ensino a distância, por causa da ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação.	0	0	0
722	RESP 1349056 SP	Recurso no qual se discute o direito do trabalhador avulso à capitalização dos juros progressivos instituída no artigo 4º da Lei n. 5.107/66.	0	0	0
724	RESP 1114605 PR	Discussão acerca do cabimento de ação rescisória fundada em documentos novos e em erro de fato proposta com o objetivo de rescindir decisão proferida em ação de restituição de parcelas pagas por consorciados desistentes, ajuizada contra Consórcio Nacional Ford LTDA na comarca de Paranavaí/PR.	0	0	0
725	RESP 1135563 PR	Discussão acerca do cabimento de ação rescisória fundada em documentos novos e em erro de fato proposta com o objetivo de rescindir decisão proferida em ação de restituição de parcelas pagas por consorciados desistentes, ajuizada contra Consórcio Nacional Ford LTDA na comarca de Paranavaí/PR.	0	0	0
726	RESP 1349029 RS	Recurso especial no qual se discute o arbitramento de honorários advocatícios na execução, independentemente da oposição de embargos à execução.	3	0	0
727	RESP 1351329 MG	Questão relativa à possibilidade de ajuizamento de ação de repetição de indébito de contribuição considerada indevida, independentemente da utilização ou da colocação à disposição do serviço de saúde a que se destinou a instituição do tributo.	0	0	0
728	RESP 1348679 MG	Questão relativa à possibilidade de ajuizamento de ação de repetição de indébito de contribuição considerada indevida, independentemente da utilização ou da colocação à disposição do serviço de saúde a que se destinou a instituição do tributo.	5	0	0
729	RESP 1353801 RS	Controvérsia referente ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Implantação. Ação individual. Ajuizamento concomitante com Ação Civil Pública proposta pelo MP/RS. Suspensão do processo singular concernente à ação individual no aguardo do julgamento da demanda coletiva.	0	0	0
730	RESP 1349363 SP	Questão referente à necessidade de substituir a sistemática de arquivamento em "pasta própria", apartada dos autos, pela decretação de sigredo de justiça, a fim de preservar as informações sigilosas do devedor obtidas por meio do sistema BACENJUD.	0	0	0

731	RESP 1353016 AL	Demanda na qual se discute a percepção da Gratificação de Atividade Executiva - GAE pelos Advogados da União entre o período de vigência da Medida Provisória n. 2.048-26, de 29.6.2000, e da Medida Provisória n. 2.229-43, de 6.9.2001.	0	0	0
732	RESP 1353384 RS	Demanda na qual se discute a legitimidade da União para integrar a lide objetivando o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básico, nos termos da Lei 11.738/2008.	0	0	0
733	RESP 1193196 MG	Penal e Processo Penal. Recurso especial. Ofensa ao art. 184, § 2º, do CP. Mercancia de CD's e DVD's "piratas". Atipicidade da conduta em face do princípio da adequação social.	0	5	0
734	RESP 1339767 SP	Processual civil. Tributário. PIS/PASEP e COFINS. Art. 3º, §2º, III, da lei n. 9.718/98. Discussão a respeito do conceito de faturamento/receita bruta para concessionária de veículos. Preço de venda ao consumidor ou a diferença entre aquele e o valor fixado pela montadora/importadora (margem de lucro).	0	0	0
735	RESP 1354506 SP	Processual civil. Tributário. PIS/PASEP e COFINS. Art. 3º, §1º, da lei n. 9.718/98. Discussão a respeito do conceito de faturamento/receita bruta para as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado. Art. 8º, II, da lei n. 10.637/2002 (PIS) e art. 10, II, da lei n. 10.833/2003 (COFINS).	0	0	0
737	RESP 1330596 SP	Controvérsia relativa à possibilidade da habilitação de sucessores nos autos do processo em que o autor postulou benefício assistencial previsto no artigo 20 da Lei n. 8.742/93 (prestação continuada), mas veio a falecer no curso da demanda.	0	0	0
738	RESP 1352873 SP	Questão relativa ao índice aplicável à correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1989, para fins de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL), que reflita a inflação real ocorrida no período.	0	0	0
739	RESP 1311408 RN	Penal - Posse ilegal de arma de fogo de uso restrito. Lei 11.706/08. "Vacatio Legis" aplicável apenas ao crime de arma de fogo de uso permitido. Inaplicabilidade da "Abolição criminis" temporária.	0	0	0
740	RESP 1326114 SC	Tese relativa à aplicação da decadência prevista no art. 103 da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela MP 1.523/1997, sobre o direito do segurado de revisar benefício concedido antes da publicação deste último preceito legal.	0	0	0
741	RESP 1305804 RS	Questão referente à possibilidade de inscrição em dívida ativa de benefício previdenciário indevidamente recebido, qualificado como enriquecimento ilícito.	0	0	0
742	RESP 1350804 PR	Questão referente à possibilidade de inscrição em dívida ativa de benefício previdenciário indevidamente recebido, qualificado como enriquecimento ilícito.	0	0	0
743	RESP 1349445 SP	Controvérsia em que se discute, com base no art. 48, §2º, da Lei nº 9.394/96, a possibilidade de as Universidades fixarem regras específicas para o recebimento e processamento dos pedidos de revalidação de Diploma obtido em Universidade estrangeira.	0	0	0
744	RESP 1329088 RS	Recurso Especial Representativo da Controvérsia. Execução Penal. Tráfico de drogas. Causa de diminuição. Art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Perda ou não da natureza hedionda do delito.	0	0	0
745	RESP 1356793 SC	Controvérsia na qual se discute o pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED aos inativos na sua integralidade mesmo quando se tratar de servidor aposentado proporcionalmente.	0	0	0
747	RESP 1352882 MS	Questão relativa à validade da intimação da Fazenda Nacional, feita por meio de carta, em razão de sua sede possuir localização em cidade distinta da Comarca em que tramita a Execução Fiscal (inteligência do art. 25 da Lei 6.830/1980, do art. 38 da LC 73/1993 e do art. 20 da Lei 11.033/2004).	0	0	0
748	RESP 1336213 RS	Questão relativa à constatação de interesse processual e da ocorrência da prescrição do fundo de direito da pretensão de incidência dos reajustes da Lei Estadual 10.395/1995 sobre o percentual de 20% da Parcela Autônoma do Magistério (PAM) do Rio Grande do Sul.	0	0	0
749	RESP 1357699 RS	Questão relativa à constatação de interesse processual e da ocorrência da prescrição do fundo de direito da pretensão de incidência dos reajustes da Lei Estadual 10.395/1995 sobre o percentual de 20% da Parcela Autônoma do Magistério (PAM) do Rio Grande do Sul.	0	0	0
750	RESP 1357679 RS	Questão referente à possibilidade de decretação da prescrição intercorrente na hipótese em que não houve o arquivamento dos autos (art. 40 da Lei 6.830/1980), com base na constatação de que a Execução Fiscal se tornou ineficaz para a recuperação do crédito fiscal.	0	0	0
751	RESP 1357704 RS	Questão referente à possibilidade de decretação da prescrição intercorrente na hipótese em que não houve o arquivamento dos autos (art. 40 da Lei 6.830/1980), com base na constatação de que a Execução Fiscal se tornou ineficaz para a recuperação do crédito fiscal.	0	0	0

752	RESP 1357700 RJ	Questão referente à possibilidade de promoção de anistiado político (art. 6º da Lei 10.559/2002) para carreira militar diversa da que ele integra.	0	0	0
753	RESP 1357740 RJ	Questão referente à possibilidade de promoção de anistiado político (art. 6º da Lei 10.559/2002) para carreira militar diversa da que ele integra.	0	0	0
754	RESP 1355947 SP	Controvérsia referente à possibilidade de documento de confissão de dívida tributária poder constituir o crédito tributário, mesmo após o prazo decadencial previsto no art. 173, I, do CTN. No caso específico o documento foi apresentado em sede de pedido de parcelamento.	0	0	0
755	RESP 1291874 AL	Recurso Especial Repetitivo. Alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Ausência de intimação pessoal do representante da União. Nulidade. Preclusão. Processamento nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução nº 8/STJ.	0	0	0
756	RESP 1357813 RJ	Discussão acerca do foro competente para a distribuição de ação de cobrança referente ao seguro obrigatório DPVAT e da possibilidade ou não de declínio da competência pelo juiz.	0	0	0
757	RESP 1347736 RS	Controvérsia na qual se pretende definir se o valor da execução pode ser fracionado, a ponto de permitir o pagamento dos honorários advocatícios por meio de RPV e o crédito principal por meio de precatórios judicial.	1	0	0
758	RESP 1348380 SP	Controvérsia na qual se pretende definir se o art. 55, § 2º, da Lei 8.213/91, que dispensa o pagamento de contribuições previdenciárias para fins de comprovação do tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei 8.213/91, estende-se, ou não, ao caso em que o beneficiário pretende utilizar o tempo de serviço para contagem recíproca no regime estatutário, ou se está restrito ao regime geral de previdência.	0	0	0
759	RESP 1360969 RS	Prazo prescricional para exercício da pretensão de revisão de cláusula contratual que prevê reajuste de plano de saúde e respectiva repetição dos valores supostamente pagos a maior.	3	0	0
760	RESP 1361182 RS	Prazo prescricional para exercício da pretensão de revisão de cláusula contratual que prevê reajuste de plano de saúde e respectiva repetição dos valores supostamente pagos a maior.	0	0	0
761	RESP 1356120 RS	Cinge-se a discussão em fixar o termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre diferenças remuneratórias cobradas em juízo por servidor público	3	0	0
762	RESP 1363163 SP	Controvérsia referente à possibilidade de aplicação do artigo 20 da Lei 10.522/2002, que determina o arquivamento provisório das execuções de pequeno valor, às execuções fiscais propostas pelos Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional.	0	0	0
763	RESP 1347136 DF	Controvérsia relativa à aferição de prejuízo experimentado pelas empresas do setor sucroalcooleiro, em razão do tabelamento de preços estabelecido pelo Governo Federal por intermédio da Lei 4.870/65	0	0	0
764	RESP1339094 RS	Recurso representativo de controvérsia. Penal. Tráfico ilícito de drogas. Regime prisional: obrigatoriedade do regime inicial fechado afastada após o julgamento do HC n.º 111.840/ES, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Matéria pacificada. Tráfico de drogas com a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006. Equiparação aos crimes hediondos. Processamento nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução n.º 08 desta Corte.	0	0	0
765	RESP1340682 RS	Recurso representativo de controvérsia. Penal. Tráfico ilícito de drogas. Regime prisional: obrigatoriedade do regime inicial fechado afastada após o julgamento do HC n.º 111.840/ES, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Matéria pacificada. Tráfico de drogas com a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006. Equiparação aos crimes hediondos. Processamento nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução n.º 08 desta Corte	0	0	0
766	RESP 1360846 RS	Recurso representativo de controvérsia. Penal. Tráfico ilícito de drogas. Regime prisional: obrigatoriedade do regime inicial fechado afastada após o julgamento do HC n.º 111.840/ES, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Matéria pacificada. Tráfico de drogas com a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006. Equiparação aos crimes hediondos. Processamento nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução n.º 08 desta Corte	0	0	0
767	RESP1355812 RS	Tributário. Débitos tributários da matriz. Discussão a respeito da possibilidade de bloqueio de depósitos de titularidade das filiais.	0	0	0
768	RESP1357512 SP	Questão referente à aplicabilidade do IPC de março de 1990 no cálculo da correção monetária dos saldos de contas vinculadas ao FGTS.	0	0	0

769	RESP 1215550 PE	Controvérsia na qual se pretende saber se diploma estrangeiro, expedido em um dos países signatários da Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Diploma de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 66/77 e promulgada pelo Decreto Presidencial n.º 80.419/77, deve ser registrado automaticamente no país, independentemente de processo de revalidação.	0	0	0
770	RESP 1338942 SP	Controvérsia na qual se pretende saber se estabelecimentos comerciais que vendem animais vivos e medicamentos veterinários estão, ou não, obrigados a: (a) efetuar o registro no respectivo Conselho de Medicina Veterinária; e (b) contratar médicos veterinários para assumir a responsabilidade técnica sobre as atividades realizadas.	0	0	0
772	RESP 1251331 RS	Discussão acerca da possibilidade de cobranças das taxas/tarifas administrativas para abertura de crédito e de emissão de carnê e de pagamento parcelado do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	0	0	0
773	RESP 1255573 RS	Discussão acerca da possibilidade de cobranças das taxas/tarifas administrativas para abertura de crédito e de emissão de carnê e de pagamento parcelado do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	0	0	0
774	RESP 1111270 PR	Discussão sobre a necessidade ou não de ajuizamento de ação autônoma ou de oferecimento de reconvenção para que o réu faça jus à devolução em dobro por cobrança de dívida paga (artigo 1.531 do Código Civil de 1916, atual artigo 940 do Código Civil de 2002).	0	0	0
775	RESP 1360212 SP	Controvérsia relativa à necessidade de ajuizamento de ação autônoma para discutir os encargos incidentes sobre depósitos judiciais.	0	0	0
776	RESP 1359988 SP	Controvérsia relativa à necessidade de ajuizamento de ação autônoma para discutir os encargos incidentes sobre depósitos judiciais.	0	0	0
777	RESP 1353111 RS	Processual Civil. Tributário. Cofins. Conceito de receitas relativas às atividades próprias das entidades sem fins lucrativos para fins de gozo da isenção prevista no art. 14, X, da MP n. 2.158-35/2001. Verificação da legalidade do art. 47, II e § 2º, da instrução normativa srf n. 247/2002. Sociedade civil educacional ou de caráter cultural e científico.	0	0	0
778	RESP 1338247 RS	Controvérsia relativa à isenção das entidades de fiscalização profissional do preparo de recursos nos feitos que tramitam no âmbito da Justiça Federal.	0	0	0
Processos representativos da controvérsia selecionados pela Seção de Direito Privado e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça após o exame de admissibilidade.					
	REsp 1361868 e outros 12	Representativo de controvérsia enviado pela Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, referente às liquidações promovidas contra o HSBC, em decorrência de ACP ajuizada pelo IDEC para reposição dos expurgos inflacionários.	1.387	0	0
TOTAL			61.266	2.087	254

*O quantitativo de processos dos Colégios Recursais extraído do Processo nº 145745/2011 da SPI, sem constatação *in loco*, pode compreender processos suspensos em 1º grau.